



ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

Preço do gás boliviano cai mais de 40% (Folha de S. Paulo) 07/04/09	3
Petrobras vai elevar mistura de biodiesel (Folha de S. Paulo) 07/04/09	3
Atraso em reformas trava país, diz Banco Mundial (Folha de S. Paulo) 07/04/09.....	4
Governo contesta relatório e diz que adotou medidas (Folha de S. Paulo) 07/04/09.....	5
Retomada das montadoras anima indústria (Folha de S. Paulo) 07/04/09	5
Mercado prevê retração de 0,2% no PIB (Folha de S. Paulo) 07/04/09.....	6
Municípios com demissão em massa temem "crise social" (Folha de S. Paulo) 07/04/09	6
Fundo Soberano cresce e causa disputa (O Estado de S. Paulo) 07/04/09.....	6
Dilma cobra verba para obras (O Estado de S. Paulo) 07/04/09	7
Lula inaugura 3ª usina de biodiesel (O Estado de S. Paulo) 07/04/09.....	8
Novo campo da Petrobrás tem 165 milhões de barris (O Estado de S. Paulo) 07/04/09	8
Sem obras e sem sustentabilidade (O Estado de S. Paulo) 07/04/09.....	9
Novo paradigma de consumo de eletricidade (Gazeta Mercantil) 07/04/09.....	10
"Usina de Balbina foi um erro" (Gazeta Mercantil) 07/04/09	11
Além da crise, é visível novo modelo de negócios (Gazeta Mercantil) 07/04/09.....	11
Efeitos do pacote de Obama no Brasil (Gazeta Mercantil) 07/04/09.....	12
Cetip libera registro para as ofertas de empresas fechadas (Gazeta Mercantil) 07/04/09	13
BNDES oferece US\$ 1 bi a projetos no Paraguai (Valor Econômico) 07/04/09	14
Em troca de acordo em Itaipu, país financiará projetos no Paraguai (Valor Econômico) 07/04/09	15
Crise detona queda das cotações e o aumento do protecionismo (Valor Econômico) 07/04/09.....	16
Usinas beneficiadas doaram mais para governadores (Valor Econômico) 07/04/09	17
Comgás controla vazamento e 400 ficam sem gás em SP (Estadão Online 15:45h) 06/04/09	18
MME assina termo de compromisso para investir R\$ 115 milhões no Amapá (CanalEnergia) 06/04/09	18
Sidnei Martini e José Bonifácio Amaral Filho integram quadro de pesquisadores do Gesel-UFRJ (CanalEnergia) 06/04/09.....	18
MPX Energia ON termina em queda de 3,78% (CanalEnergia) 06/04/09	18
CPFL Energia emitirá R\$ 495 milhões em notas promissórias (CanalEnergia) 06/04/09.....	19
ABCm: compensações térmicas tiram poder de negociação do Brasil sobre aquecimento global (CanalEnergia) 06/04/09.....	19
Aneel constitui grupo de trabalho para aprimorar redação dos contratos de concessão (CanalEnergia) 06/04/0920	20
MME enquadra conexão de usinas do Rio Madeira ao Reidi (CanalEnergia) 06/04/09	20
Leilão de LTs: Aneel adia para 15 de abril reunião sobre dúvidas de edital (CanalEnergia) 06/04/09	21
UHE Batalha adia início de enchimento de reservatório (CanalEnergia) 06/04/09	21
Rio Sirinhaém Energia e Heidrich Geração Elétrica vão implantar e explorar PCHs (CanalEnergia) 06/04/09	22
Cesp e Ministério Público firmam acordo no valor de R\$ 119 milhões (CanalEnergia) 06/04/09.....	22
Celesc investe R\$ 20 milhões em instalação de linha de transmissão (CanalEnergia) 06/04/09.....	22
UHE Isamu Ikeda tem novos percentuais de áreas inundadas (CanalEnergia) 06/04/09.....	23
Abilux premia projetos de iluminação (CanalEnergia) 06/04/09	23
MPX Energia pretende investir em energia eólica (CanalEnergia) 06/04/09.....	23
MPX Energia ON opera em queda de 4,29% (CanalEnergia) 06/04/09.....	24
Jaguari opera com 100% da capacidade (CanalEnergia) 06/04/09.....	24

Celg Distribuição aplicará R\$ 3,94 milhões em projeto de P&D (<i>CanalEnergia</i>) 06/04/09.....	25
Copel, Cocel e DME Poços de Caldas têm índices tarifários em consulta pública (<i>CanalEnergia</i>) 06/04/09.....	25
Cteep vai emitir R\$ 200 milhões em notas promissórias (<i>CanalEnergia</i>) 06/04/09.....	26
UTE São José inicia testes em duas unidades geradoras (<i>CanalEnergia</i>) 06/04/09.....	26
Luiz Fernando Leone Vianna, da Apine: Cinco anos de novo modelo e os desafios futuros do Setor Elétrico Brasileiro (parte 1 de 2) (<i>CanalEnergia</i>) 06/04/09.....	26

SINDICAL

Greve no Distrito Federal (CUT Nacional) 06/04/09.....	28
Solidariedade (CUT Nacional) 06/04/09.....	28
Dia Mundial da Saúde (CUT Nacional) 06/04/09.....	29
MEC promove ato em abril para lançar Conferência Nacional de Educação (CUT Nacional) 06/04/09.....	30
Para derrotar e superar o neoliberalismo (CUT Nacional) 06/04/09.....	30
Dia Nacional de Luta em Brasília (CUT Nacional) 06/04/09.....	31
Escola Sul (CUT Nacional) 06/04/09.....	32
Fundo de Pensão (CUT Nacional) 06/04/09.....	33
Democratização (CUT Nacional) 06/04/09.....	34
Manifestação por reajuste salarial (CUT Nacional) 06/04/09.....	34
CPERS/Sindicato (CUT Nacional) 06/04/09.....	35
Itaú Unibanco (CUT Nacional) 06/04/09.....	35
Previdência Social (CUT Nacional) 06/04/09.....	36
Minas Gerais (CUT Nacional) 06/04/09.....	36
Educação (CUT Nacional) 06/04/09.....	36
Dia Mundial da Saúde: em defesa de direitos universais e do SUS como patrimônio da humanidade (CUT Nacional) 06/04/09.....	37
Comissão do Trabalho aprova regulamentação de couvert artístico (CUT Nacional) 06/04/09.....	37
SindBancários/RS organiza Semana pela Segurança de 15 a 19 de junho (CUT Nacional) 06/04/09.....	38
Câmara realiza seminário para debater Plano de Defesa Nacional (CUT Nacional) 06/04/09.....	39
Dieese: Valor da cesta básica cai em 15 das 17 capitais pesquisadas (CUT Nacional) 06/04/09.....	39
Alimentação de Concórdia-SC apresenta Pauta à Sadia com 4% de aumento real (CUT Nacional) 06/04/09.....	40
Sindicatos participam de audiências públicas sobre a Geap (CUT Nacional) 06/04/09.....	40
Ação do MPT acusa multinacional Bunge de reter documentos de cortadores de cana (CUT Nacional) 06/04/09.....	40
Projeto busca interação do trabalhador com a cultura e a saúde (CUT Nacional) 06/04/09.....	43
Sindimetal-ES: Metalúrgicos demitidos terão prioridade nas vagas dos projetos de expansão (CUT Nacional) 06/04/09.....	43
Professores ganham abaixo do piso em 80% das cidades (CUT Nacional) 06/04/09.....	44
Abril, um mês de datas históricas no Jornalismo (CUT SP) 06/04/09.....	46

Preço do gás boliviano cai mais de 40% (Folha de S. Paulo) 07/04/09

Queda na cotação internacional dos combustíveis derruba valor pago pela Petrobras, que não confirma novo dado alegando sigilo

Apesar do recuo, preço para a indústria brasileira é um dos maiores do mundo; com menos receita, Morales deve elevar pressão sobre o Brasil

FABIANO MAISONNAVE
DE CARACAS

Enquanto no Brasil o gás natural boliviano é considerado caro pelos empresários, no país vizinho a queda brusca do preço de seu principal produto de exportação está levando o governo Evo Morales a rever o Orçamento deste ano e a recorrer às reservas internacionais para compensar a queda de arrecadação. O valor baixo deve aumentar a pressão de La Paz sobre a Petrobras para que aumente suas compras de gás, bastante reduzidas ao longo dos últimos meses. Segundo o Ministério de Hidrocarbonetos, a partir de abril a arrecadação com a venda de gás ao Brasil e à Argentina -os dois únicos compradores da Bolívia- caiu mais de 40% com a entrada em vigor do novo preço, calculado trimestralmente com base em cesta de óleos combustíveis composta por um óleo pesado e dois óleos leves.

A partir de agora, a Petrobras passa a pagar US\$ 4,34 por milhão de BTU (unidade térmica britânica que mede o poder calorífico do combustível), segundo cálculo do analista de energia boliviano Carlos Miranda. O valor representa uma queda de 44% em relação ao último trimestre do ano passado, quando estava em US\$ 7,85.

O valor pago à Bolívia é bem menor do que o comercializado atualmente para a indústria em São Paulo -US\$ 12,36 por milhão de BTU, segundo levantamento da empresa de embalagens de vidro Owens-Illinois. O preço, mais do que o dobro do praticado em países como EUA e México, é considerado alto pelo setor industrial, que reclama da falta de transparência da Petrobras para justificar o valor.

Procurada, a diretoria de Gás e Energia da Petrobras se recusou a informar quanto paga à Bolívia, sob a alegação de que se trata de dado sigiloso. A empresa tampouco informou o preço do gás atual vendido às distribuidoras, alegando que o valor não está disponível.

Além de pagar menos, a Petrobras tem comprado em menor quantidade. Segundo a estatal boliviana YPFB, a média diária atual é de 18 milhões de metros cúbicos, ante 30 milhões em 2008. Além disso, o contrato estabelece que o preço do gás sobe à medida que o volume de exportação cresce.

Com a queda no preço, a Bolívia sofre um duro golpe na sua principal operação de exportação: o gás enviado ao Brasil representa cerca de 25% dos US\$ 7 bilhões de vendas ao exterior.

Na semana passada, o governo boliviano anunciou que irá rever o Orçamento do ano, calculado com o preço do barril de petróleo a US\$ 73, enquanto a média até agora roça os US\$ 40.

A queda do preço do gás terá um efeito direto em todos os nove departamentos (Estados), os 327 municípios, as 11 universidades públicas e nos programas sociais de Morales semelhantes ao Bolsa Família brasileiro. Todos recebem repasse do IDH (Imposto Direto sobre os Hidrocarbonetos), que sofrerá uma queda de 35% a 40%, segundo a FAM (Federação de Associações Municipais).

"Algumas cidades bolivianas perderão até 80% do Orçamento deste ano", disse Julio Linárez, coordenador de análise econômica da FAM, que reúne prefeitos de todos os partidos.

Preocupado com a queda da arrecadação num ano de eleições presidenciais (devem ocorrer em dezembro), o governo Morales aumentou o tom contra o Brasil, provocando preocupação no Itamaraty. No mês passado, o presidente da YPFB, Carlos Villegas, acusou a Petrobras de não cumprir o acordo de janeiro pelo qual a estatal compraria ao menos 24 milhões de metros cúbicos/dia.

Petrobras vai elevar mistura de biodiesel (Folha de S. Paulo) 07/04/09

PAULO PEIXOTO
DA AGÊNCIA FOLHA, EM MONTES CLAROS

Ainda neste ano a Petrobras terá como elevar de 3% a 4% a mistura do biodiesel no diesel, o que pode reduzir em ao menos 5% o volume de óleo importado pelo país, disse o diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa.

Costa disse que a decisão sobre quando isso ocorrerá depende do Ministério das Minas e Energia.

Mesmo com menos importação de petróleo, o aumento da mistura hoje não implicaria redução imediata do preço do diesel. O custo de produção do litro do biodiesel ainda é alto: R\$ 2,20.

O presidente da Petrobras Biodiesel, Alan Kardec, disse que a empresa tem 530 projetos de biodiesel. O investimento para este ano soma US\$ 3,3 bilhões.

A Petrobras inaugurou ontem em Montes Claros (MG) a sua terceira usina de biodiesel, capaz de processar até 57 milhões de litros por ano. As outras estão em Quixadá (CE) e Candeias (BA). A produção de biodiesel da Petrobras poderá somar 170 milhões de litros, 13% do mercado nacional de biodiesel.

Na inauguração, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a Petrobras vai ter mais usinas no Nordeste.

Atraso em reformas trava país, diz Banco Mundial (Folha de S. Paulo) 07/04/09

Para organismo, Brasil perdeu chance de reduzir burocracia e melhorar infraestrutura

Órgão atribui expansão recente à bonança mundial e credita adiamento de reformas à mudança no comando da Fazenda

GUSTAVO PATU
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Relatório do Bird (Banco Mundial) afirma que o Brasil deixou de dar prioridade às reformas econômicas na gestão do ministro da Fazenda, Guido Mantega, durante o período de auge da prosperidade mundial -e agora, passada a bonança, dificilmente voltará a conseguir um crescimento elevado na ausência dessa agenda.

Trata-se de uma referência a um grupo de medidas e projetos apresentados ainda no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com apoio dos organismos financeiros internacionais, para aumentar o potencial de expansão da economia do país.

Pretendia-se, no que se convencionou chamar de reformas microeconômicas, simplificar tributos, reduzir empecilhos burocráticos, enfrentar gargalos na infraestrutura, elevar a competição no setor bancário e estimular os investimentos em inovação tecnológica, entre outras metas a serem atingidas em etapas.

Na visão do Banco Mundial, a agenda começou a ser relegada a segundo plano com a substituição de Antonio Palocci Filho por Mantega, em 2006.

"Vários fatores reduziram o comprometimento do governo com o programa de reforma microeconômica acertado com o banco. Primeiro, a saída de várias autoridades-chave no Ministério da Fazenda, incluindo o ministro."

Não por acaso, o progresso do governo brasileiro na condução das reformas, que merecia o adjetivo "satisfatório" até aquele ano, foi rebaixado para "moderadamente satisfatório". No quesito "Melhora do ambiente de negócios", a nota cai para "moderadamente insatisfatório" no relatório.

Empréstimos

O Bird pretendia fazer três operações de empréstimos ao Brasil para auxiliar no avanço da agenda. A primeira, de US\$ 505 milhões, foi integralmente cumprida; da segunda, só foi liberado um quarto dos US\$ 600 milhões esperados; a terceira foi cancelada em comum acordo com o governo.

O segundo motivo, diz o documento, foi a tão esperada retomada do crescimento econômico brasileiro, que "levou a uma perda de interesse em alguns aspectos da agenda". As taxas de expansão do Produto Interno Bruto finalmente ultrapassaram os 5% em 2007 e 2008 -"mais como resultado da alta dos preços dos produtos primários de exportação do que pela melhora na competitividade", assinala o Bird.

Tanto o bom desempenho brasileiro era fruto do excepcional momento do comércio global, argumenta-se, que foi bruscamente interrompido quando o agravamento da crise financeira no mundo desenvolvido paralisou o crédito e reduziu a demanda por petróleo e produtos agrícolas.

"É improvável que o Brasil vá ser capaz de sustentar um elevado crescimento econômico na ausência de mais reformas para melhorar sua competitividade, particularmente se as condições externas permanecerem desfavoráveis com demanda mais baixa por commodities e custos financeiros maiores", avalia-se. Para este ano, analistas consultados pelo Banco Central estimam retração de 0,19% no PIB.

Matriz ideológica

Uma das principais matrizes ideológicas do pensamento econômico liberal, o Banco Mundial teve influência crescente na agenda do Brasil e da América Latina a partir da década passada. Ao lado do FMI (Fundo Monetário Internacional), ajudou a propagar medidas como privatizações, contenção de gastos públicos, abertura comercial e financeira, no que foi batizado de Consenso de Washington.

Esse ideário foi eficaz para controlar a inflação e regularizar os pagamentos da dívida externa, mas não para acelerar o crescimento. Entrou em cena, então, a segunda geração de reformas, não mais voltadas para grandezas como o gasto público ou o fluxo de capitais, mas para o aperfeiçoamento de leis e das instituições -daí serem chamadas de microeconômicas.

A agenda foi adotada como bandeira da gestão de Palocci, quando foram aprovadas, por exemplo, a Lei de Falências e a regulamentação das Parcerias Público-Privadas.

Governo contesta relatório e diz que adotou medidas (Folha de S. Paulo)

07/04/09

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em correspondência ao Bird (Banco Mundial), o governo Lula contestou a avaliação de que as reformas deixaram de ser prioritárias e a metodologia do organismo para a avaliação da competitividade do país.

"O governo brasileiro discorda da opinião expressada no documento com respeito à perda de interesse nas reformas microeconômicas", diz o texto, reproduzido no relatório do Bird. Como argumento, são citados o Plano Nacional de Dragagem, a Lei do Gás e o decreto com diretrizes para o desenvolvimento dos portos, todos no segundo mandato de Lula, além da nova tentativa de reforma tributária.

Procurado ontem pela Folha, o Ministério da Fazenda não havia comentado o documento do Banco Mundial até a conclusão desta edição.

Retomada das montadoras anima indústria (Folha de S. Paulo) 07/04/09

Setores como siderúrgico, plástico e tintas recuperam parte da atividade puxados por venda de veículos após corte de imposto

Mas analistas dizem que patamar da indústria ainda está baixo na comparação com 2008 e citam queda nos investimentos do setor

Linha de montagem de montadora em São Paulo

DA REPORTAGEM LOCAL

DA SUCURSAL DO RIO

O princípio de retomada na produção da indústria automotiva, propiciada pelo corte do IPI sobre os veículos, já começa a ocupar parte da ociosidade de segmentos que enfrentaram quedas com a crise.

Embora analistas considerem ser ainda cedo para dizer que o setor automotivo poderá garantir o crescimento da produção industrial, segmentos como o siderúrgico, o de plásticos, o de tintas e o de tecidos já sentem aumento na atividade.

Em março, a produção das montadoras cresceu 15,9% sobre fevereiro, considerando as médias diárias, com a fabricação de 272.371 veículos, segundo a Anfavea (associação das montadoras). "Temos uma perspectiva muito boa de vendas no mercado interno", disse o presidente da entidade, Jackson Schneider. Segundo ele, com a prorrogação do corte do IPI, que de dezembro a junho deve custar R\$ 2,5 bilhões ao governo federal, o nível de vendas no primeiro semestre deve se igualar ao do ano passado.

A reação rápida das vendas de carros -que no mês passado cresceram 17,6% em relação a fevereiro na média diária- já provoca até um certo estresse na cadeia automotiva. "As encomendas aumentaram abruptamente. De uma hora para outra, a cadeia precisou ser reativada às pressas", disse Sergio Pin, vice-presidente da Schaeffler, fabricante de autopeças.

A indústria siderúrgica, que trabalha com queda de até 10% na produção de aço bruto neste ano, também viu os pedidos voltarem, segundo Marco Polo de Mello Lopes, vice-presidente do IBS (Instituto Brasileiro de Siderurgia). Por enquanto, as siderúrgicas encaram com cautela a retomada das montadoras, embora a considerem positiva para o mercado.

Impacto instantâneo foi sentido pelos fornecedores de tintas automotivas. "A recuperação foi imediata. Como as montadoras não trabalham com estoques, a volta da produção em ritmo mais acelerado já ativou nossa indústria", disse Dilson Ferreira, presidente-executivo da Abrafati (associação dos fabricantes de tintas). As montadoras absorvem 7% das vendas totais do produto.

Merheg Cachum, presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico), também afirmou que os sinais vindos das montadoras levaram a um incremento da atividade. "Quem trabalha para as montadoras retomou a produção, cancelou férias coletivas e tem uma boa perspectiva", disse Cachum. Ele admite que o ânimo na indústria retornou após meses de baixa demanda, como janeiro e fevereiro.

Apesar da recuperação da indústria automotiva e de seus ecos na cadeia produtiva, analistas ainda mostram ceticismo em relação à produção industrial em março.

Para Braulio Borges, economista da LCA, os dados da Anfavea sinalizam que a indústria está "cada vez mais longe do fundo do poço", atingido em dezembro -quando a produção industrial caiu 12,7% ante novembro.

"Os números trazem um certo otimismo, pois mostram, pelo menos, que a indústria parou de afundar. Ainda assim, opera ainda num patamar de produção bastante deprimido se comparado com o do ano passado", diz Borges.

Para Sérgio Vale, da MB Associados, a indústria ainda demonstra fragilidade, com o agravante da queda mais intensa nos investimentos em fevereiro. "É certo que a indústria automobilística é uma parte importante, mas não podemos esquecer que agora começou a aparecer a outra ponta, a de investimentos, puxando a produção industrial para baixo."

(PAULO DE ARAUJO, AGNALDO BRITO E PEDRO SOARES)

Mercado prevê retração de 0,2% no PIB (Folha de S. Paulo) 07/04/09

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Analistas do mercado financeiro apostam que a economia brasileira vai encolher neste ano. Segundo levantamento do Banco Central com cerca de 80 bancos e consultorias, a expectativa é que o PIB (Produto Interno Bruto) tenha variação negativa de 0,19% em 2009.

No final de fevereiro, os analistas consultados diziam esperar um crescimento de 1,5% neste ano, mas as estimativas foram revistas para baixo seguidamente depois da divulgação dos números do PIB de 2008. Desde 1992 o PIB brasileiro não encerra um ano com retração.

Municípios com demissão em massa temem "crise social" (Folha de S. Paulo) 07/04/09

FELIPE BÄCHTOLD
AFONSO BENITES
DA AGÊNCIA FOLHA

Municípios que tiveram demissão em massa com o fechamento de unidades do frigorífico Independência temem uma "crise social" como consequência da situação econômica de uma de suas maiores empregadoras. Em Anastácio (MS), por exemplo, foram demitidas 900 pessoas - a população da cidade é de 22 mil habitantes.

O frigorífico dispensou ao menos 6.600 pessoas neste ano, fechou oito unidades nas últimas semanas e pediu recuperação judicial.

Antes da crise, estava entre os cinco maiores exportadores de carne no país.

Sindicatos dizem que os trabalhadores da indústria da carne não são especializados e vão ter muita dificuldade para encontrar outro tipo de trabalho. Na cidade sul-mato-grossense, a prefeitura e o sindicato local afirmam que a saída será o trabalho na indústria da cana ou o cadastro no Bolsa Família.

"Hoje, cerca de 1.500 famílias recebem os programas Vale Renda [estadual] e Bolsa Família", disse o prefeito Cláudio Valério (PMDB). "Esse número certamente deve aumentar", afirmou.

Em Presidente Venceslau (SP), de 37 mil habitantes, mais de 700 funcionários do Independência foram demitidos. O prefeito Ernane Erbella (PMDB) define a situação como "tragédia".

Em Senador Canedo (GO), de 70 mil habitantes, foram mais de mil demissões provocadas pela crise na empresa. Edvard Souza, do sindicato local dos trabalhadores, afirmou que a maioria dos demitidos "só sabe mexer com frigorífico". Procurada pela Folha, a empresa não se manifestou.

Fundo Soberano cresce e causa disputa (O Estado de S. Paulo) 07/04/09

Lu Aiko Otta

O Fundo Soberano do Brasil (FSB) encerrou o mês de março com um saldo em carteira de R\$ 15,1 bilhões, segundo dados publicados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Esse valor deverá constar de um relatório a ser enviado ao Congresso Nacional nos próximos dias, na primeira prestação de contas trimestral desde que o Fundo foi criado, em 24 de dezembro passado. A cifra vai acirrar as pressões políticas para usar o dinheiro. Originalmente, o valor do FSB era de R\$ 14,2 bilhões.

Pressionados pela queda da arrecadação em decorrência da crise, governadores, prefeitos e o governo federal encaram o Fundo Soberano como uma espécie de panaceia. Já se cogitou usar o dinheiro para financiar empresas brasileiras no exterior, para compensar um desempenho mais fraco das contas federais e engordar o chamado superávit primário (economia de recursos para pagamento da dívida), para bancar parte do programa Minha Casa, Minha Vida e até para socorrer as prefeituras que sofrem com a queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). "São mil e uma utilidades", brinca o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Há, porém, limites para a criatividade. Segundo Bernardo, a ideia de financiar empresas brasileiras, permitida pela lei que criou o FSB, está praticamente descartada, pelo menos neste ano. A avaliação vai ao encontro da de outros membros da equipe econômica, para quem as empresas estão razoavelmente bem atendidas com as linhas de crédito

existentes. Por ironia, a oposição, que tentou derrubar o FSB no Supremo e depois criou amarras para seu uso, defende agora sua utilização.

O uso do dinheiro para pagar parte dos R\$ 16 bilhões em subsídios previstos no programa habitacional federal tampouco está decidido. Há dúvida se a despesa seria classificada ou não como um gasto de caráter permanente e continuado. A lei que criou o fundo proíbe que ele financie gastos desse tipo.

Em contrapartida, o governo tem carência de recursos para investir, diante do fraco desempenho da arrecadação este ano. A previsão é que o recolhimento de tributos fique R\$ 48 bilhões abaixo do previsto no Orçamento. O quadro adverso levou o governo a bloquear R\$ 21,2 bilhões em despesas e separar outros R\$ 3,7 bilhões para formar uma reserva técnica. "O mais provável é que o dinheiro seja destinado para investimentos", disse Bernardo.

A lei que criou o FSB é específica quanto ao uso do dinheiro. Ela diz que ele tem como finalidades "promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País". A aplicação do dinheiro em investimentos, como os do PAC, enquadra-se nas ações anticíclicas.

Dilma cobra verba para obras (O Estado de S. Paulo) 07/04/09

Ministra-chefe da Casa Civil está insatisfeita com perda de ritmo de investimentos

Fabio Graner e Adriana Fernandes

Responsável por tocar as obras prioritárias do governo e provável candidata do PT à sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, já demonstrou insatisfação com a perda de ritmo dos investimentos públicos e deve cobrar uma retomada da execução desses projetos, informou uma fonte do governo.

Diante da queda de arrecadação tributária, o Tesouro Nacional tem feito um controle mais rigoroso, "na boca do caixa", dos gastos públicos, tirando o pé do acelerador nos investimentos. Isso, no entanto, mantém aceso no governo o debate sobre a redução do superávit primário - a economia feita para garantir o pagamento dos juros e evitar o crescimento da dívida pública.

Muitos integrantes do governo, inclusive dentro da equipe econômica, não se conformam com a postura cautelosa do Tesouro e querem ver os investimentos crescendo pelo menos em ritmo igual ao do ano passado. Por isso, defendem uma meta de superávit primário menor do que os 3,8% do PIB ainda em vigor.

De acordo com dados divulgados pelo Tesouro no fim de março, os investimentos públicos cresceram 14% no primeiro bimestre do ano, na comparação com igual período do ano passado. Ritmo menor que o visto no mesmo período do ano anterior, quando os gastos cresceram 18% na comparação com o primeiro bimestre de 2007 e, em todo o ano passado, tiveram expansão de 27,9%.

Os números mostram um movimento na direção contrária do mundo. O próprio G-20, na semana passada, deu aval para que os países executem fortes programas de estímulo fiscal, ou seja, aumentem os gastos públicos. "Por que agora o Brasil precisa ir na direção oposta dos outros países?" questionou um assessor do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Mas, pelo menos por enquanto, a política fiscal do governo, do ponto de vista do investimento, tem trilhado um caminho mais conservador. Preocupado com a arrecadação e as incertezas sobre a atividade econômica, o governo tenta sustentar a política fiscal em uma espécie de "rede de segurança", que visa a garantir o cumprimento formal da meta de superávit.

Essa rede é composta de medidas já em andamento e outras que ainda podem ser acionadas. O abatimento dos 0,5% do PIB de recursos do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), que permite baixar o superávit primário para 3,3% do PIB, sem descumprimento da meta, já foi admitido pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

O governo pode ainda usar os recursos do Fundo Soberano do Brasil (nesse caso os R\$ 15,1 bilhões retornariam para o caixa do governo como receita e evitariam corte maior de gastos). Outra possibilidade é aumentar alguns tributos e, ainda, o cancelamento do aumento de salário de alguns grupos de servidores públicos. Também entra nessa conta a queda dos encargos de juros da dívida, com o recuo mais rápido da taxa básica de juros. Esse é o principal argumento dos que defendem um superávit menor. "É isso que importa. Toda essa discussão sobre primário e nominal é para não deixar a relação dívida líquida/PIB subir, ou melhor, fazê-la cair no médio prazo", comentou outra fonte.

NÚMEROS

14% foi quanto aumentaram os investimentos públicos no primeiro bimestre deste ano

18% foi a taxa de crescimento dos investimentos públicos no primeiro bimestre de 2008, ante o mesmo período de 2007

27,9% foi a taxa de expansão dos investimentos públicos em todo o ano passado

Lula inaugura 3ª usina de biodiesel (O Estado de S. Paulo) 07/04/09

20 mil agricultores familiares da região devem fornecer matéria-prima para a unidade de Montes Claros (MG)

Eduardo Kattah

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou ontem, em Montes Claros, no norte de Minas, a terceira usina de biodiesel da Petrobrás.

Em operação experimental desde janeiro, a Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro tem capacidade para produzir 57 milhões de litros de biodiesel. Em conjunto com as unidades de Candeias, na Bahia, e Quixadá, no Ceará, a usina de Montes Claros elevou para 170 milhões de litros de biodiesel por ano a capacidade instalada nacional, o que representa cerca de 13% do mercado brasileiro.

Operada pela subsidiária Petrobrás Biocombustível, a Usina Darcy Ribeiro - uma homenagem ao antropólogo, escritor, educador e ex-senador que nasceu na cidade mineira - consumiu investimentos de R\$ 95 milhões, possui capacidade para 57 milhões de litros de biodiesel e já conta com um projeto de ampliação em estudo - para 80 milhões.

A expectativa da Petrobrás é que, para o suprimento de matéria-prima, sejam contratados até 20 mil agricultores familiares da região. Cerca de 8,2 mil já foram contratados. "Esta usina vai prestar um serviço enorme, porque quando ela estiver na sua produção total, nós vamos ter 20 mil agricultores familiares cadastrados", disse Lula. "Se cada família tiver mulher e três filhos, nós vamos ter mais de 100 mil pessoas envolvidas na produção de óleo para esta usina da Petrobrás."

O cronograma prevê que adicionalmente seja estruturado um modelo de parceria com cooperativas de catadores e organizações não-governamentais no meio urbano para viabilizar o uso de óleos e gorduras residuais na produção de biodiesel. "Qualquer coisa que produzir óleo nós vamos comprar. Até sebo de animal, até óleo de animal ou até óleo de cozinha", destacou o presidente.

A Petrobrás Biocombustível também forneceu aos agricultores 100 toneladas de sementes para a safra 2008/2009, além de apoio com serviços de assistência técnica agrícola e acompanhamento da atividade produtiva. O programa que está sendo implantado pela Petrobrás prevê benefícios para 56 municípios das regiões mineiras do Baixo Jequitinhonha e Alto Paranaíba.

DIESEL

O diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, confirmou ontem que o Ministério de Minas e Energia estuda antecipar a adição de biocombustíveis dos atuais 3% (B3) para 4% no diesel, a partir do segundo semestre deste ano.

Segundo o executivo da estatal, a medida, aliada ao aumento da produção nas refinarias, deverá resultar num "benefício bastante substancial", com a redução da importação de óleo diesel. De acordo com o diretor da Petrobrás, a estimativa é que, no segundo semestre deste ano, a importação de diesel possa ser reduzida entre 5% a 10% na comparação com o mesmo período de 2008.

Novo campo da Petrobrás tem 165 milhões de barris (O Estado de S. Paulo) 07/04/09

Nicola Pamplona

A Petrobrás confirmou ontem a descoberta de um novo campo de petróleo leve e gás acima da camada de sal no sul da Bacia de Santos, batizado de Piracucá, com cerca 165 milhões de barris de óleo equivalente (somado ao gás). O projeto confirma a aposta da estatal na região, que ainda não tem grandes projetos produtores e é considerada uma nova fronteira do petróleo no País.

A Petrobrás é operadora do consórcio, que tem ainda participação da espanhola Repsol, com fatia de 37%. A descoberta foi comunicada à Agência Nacional do Petróleo (ANP) no dia 26 de janeiro. Ontem, porém, o consórcio apresentou à agência a declaração de comercialidade do campo, etapa na qual se compromete a realizar os investimentos necessários para iniciar a produção de petróleo e gás.

Em comunicado ao mercado, a Petrobrás informou apenas que o projeto fica a 200 quilômetros da cidade de Santos e o reservatório tem 550 milhões de barris - dos quais, em geral 30% são recuperáveis, confirmando reservas em torno de 165 milhões de barris. O campo fica entre as regiões produtoras de Merluza, no centro da bacia, e de Coral/Estrela-do-Mar, no extremo sul.

"As vantagens (do projeto) são que o campo fica em águas relativamente rasas e perto do continente. Mas os reservatórios ali costumam ser profundos, o que encarece o trabalho de perfuração", comentou o geólogo Giuseppe Bacocoli, professor da UFRJ e ex-Petrobrás.

Sem obras e sem sustentabilidade (O Estado de S. Paulo) 07/04/09

Wilen Manteli*

Entre as oportunidades que se apresentam para o Brasil no atual cenário de crise mundial, destaca-se o tempo que ganhamos para adaptar nossa infraestrutura às necessidades do comércio exterior. O déficit crescente do País na sua capacidade de transporte e oferta de energia se suaviza na atual conjuntura, permitindo-nos planejar melhor os empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Mas eis que nos defrontamos novamente com uma velha barreira, de ordem interna e cuja extensão atual é ainda uma incógnita: a mentalidade dos órgãos de regulação e fiscalização ambiental, dissociada dos relevantes interesses nacionais no que tange ao licenciamento de áreas para projetos de infraestrutura. A decisão tomada recentemente pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), de vetar mudanças no zoneamento ambiental indispensáveis à expansão do Porto de Santos, pode ser apenas a ponta de um iceberg com poder de congelar as obras mais relevantes do PAC.

Sabe-se que projetos de infraestrutura têm impacto ambiental inevitável. Nos últimos anos, vários empreendimentos nessa área foram barrados ou retardados porque os órgãos ambientais federais ou estaduais - muitas vezes influenciados por ONGs ambientais politicamente agressivas, mas tecnicamente despreparadas - se perderam em intermináveis contendas retóricas sobre riscos ecológicos. Na dúvida, licenças foram engavetadas e o passivo da infraestrutura nacional não parou de crescer. Este é o caso de projetos de hidrovias interiores que, se fossem concretizados, poderiam tirar milhares de caminhões das estradas e reduzir as emissões de carbono para a atmosfera, além de tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional.

Se atentarmos à evolução da questão ambiental no mundo, veremos que já não se cultiva a ilusão de poder produzir crescimento econômico sem impacto ambiental. O discurso dos "santuários ecológicos" cedeu lugar a uma visão mais pragmática, voltada para a redução de danos e a recuperação de ecossistemas degradados - enfim, um sistema de gestão e de compensações tecnicamente planejadas com base na extensão do impacto previsto. Já existe tecnologia no mundo e também no Brasil para se promover gestão ambiental responsável e sustentável, eliminando o falso dilema entre desenvolver (a economia) e preservar (o meio ambiente).

Os portos, pelo seu caráter de interface entre o ambiente aquático e o terrestre, constituem um desafio e uma oportunidade para o Brasil melhorar sua gestão ambiental. Questões de poluição marinha, água de lastro, manejo de manguezais e despejo de material dragado são apenas alguns exemplos da variedade de temas a serem tratados, nos quais devemos enxergar a chance de utilizar a tecnologia disponível em favor tanto do empreendimento portuário quanto do ambiente que o cerca. A Holanda fez isso recentemente quando autorizou a expansão do seu principal porto, Roterdã, por 20 km² mar adentro. Como compensação pelo impacto ambiental, foi projetada uma imensa reserva marinha natural que receberá regularmente, além de investimentos, a assistência de biólogos, oceanógrafos, etc.

Hoje já não se concebe a ecologia desligada da atividade econômica. O equilíbrio ecológico deve incluir o atendimento de necessidades humanas básicas, como trabalho e renda. O projeto de expansão do Porto de Santos envolve a criação de 20 mil novos empregos, justo num momento em que o desemprego no País cresce por conta da crise. Obviamente,

na hora de licenciar empreendimentos de infraestrutura, o governo deve considerar o balanço ambiental da região que o pleiteia. Mas esse seria mais um motivo para o Consema autorizar a expansão do Porto de Santos, visto que outras áreas do Estado, seja por razões ligadas ao turismo ou por constituírem reservas naturais de caráter estratégico, devem permanecer intocadas.

Somente sob um clima de transparência nas políticas ambientais o País poderá avançar, tanto nessa área quanto na recuperação e expansão da infraestrutura econômica. As autoridades ambientais devem ser parceiras do desenvolvimento. Não basta que digam "não": compete-lhes também apontar soluções, pois a pobreza de um povo é a pior poluição. É triste ver um assunto sério e complexo como a gestão ambiental ser tratado de forma tão simplista e irresponsável.

*Wilén Manteli é presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários

Novo paradigma de consumo de eletricidade (Gazeta Mercantil) 07/04/09

7 de Abril de 2009 - A maioria dos assuntos da área de energia gira em torno do desafio de garantir recursos para atender todas as necessidades da sociedade. No setor elétrico, por exemplo, a principal preocupação são os megawatts a mais de potência que terão de ser instalados nos próximos anos. Mas as atuais condições ambientais e de disponibilidade de recursos naturais e financeiros exigem que essa lógica seja alterada. Não é possível que o País siga indefinidamente o paradigma segundo o qual crescimento e bem-estar são sinônimos de gastos cada vez maiores de energia.

O racionamento de 2001 e 2002 teve um papel importante para atacar esse quadro. A sociedade brasileira teve de aprender a lidar com a economia de eletricidade, buscando equipamentos mais eficientes e reduzindo desperdícios.

Esse tipo de mudança, no entanto, não é suficiente para enfrentarmos os desafios do crescimento econômico. Um exemplo disso é que a melhora das condições de vida das classes mais baixas incluirá a posse de cada vez mais eletrodomésticos gastadores de energia elétrica. Esse tipo de comportamento será um dos principais responsáveis pelo aumento do consumo médio das residências nos próximos anos. De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética, o gasto médio mensal deve saltar de 83,2 kWh registrados em 2005 para entre 240 e 302 kWh em 2030.

Ou seja, trata-se de uma transformação social muito louvável, mas que exigirá um esforço enorme para poder ser atendida. Seu custo ambiental e econômico não pode ser desconsiderado. Afinal, boa parte da expansão do parque gerador nacional terá de se basear em fontes fósseis. Uma amostra disso são as perspectivas apresentadas no Plano Decenal de Energia Elétrica 2008-2017: cerca de 30% da expansão prevista para o período deve ser garantida por meio de térmicas a carvão, gás natural ou óleo combustível.

O fato é que o planejamento governamental ignora a necessidade de mudar esse rumo. É preciso compreender que a mudança tem de ir muito além da adoção do que existe de mais eficiente no mercado. O País tem de levar em conta a tão propagada máxima de que o MWh economizado é muito mais barato do que qualquer MWh produzido.

Esse é um dos princípios da ecoeficiência, que reúne a possibilidade de redução de consumo de energia de maneira a considerar não só a eficiência isolada dos equipamentos, mas sim as condições de entorno necessárias para o seu funcionamento adequado ou, melhor ainda, para que os consumidores consigam as mesmas condições de conforto sem precisar deles. Um dos principais exemplos é o do ar-condicionado, um dos maiores vilões do consumo de energia nos edifícios comerciais: muito melhor do que o ar-condicionado mais eficiente que existe é uma construção com condições adequadas de conforto térmico que dispense seu uso.

Esse tipo de medida pode proporcionar importantes economias de energia, ao mesmo tempo em que garante conforto aos usuários. A implantação dos conceitos de ecoeficiência, no entanto, não é trivial. Pelo contrário, exige uma mudança do paradigma considerado até hoje de ampliação da disponibilidade de recursos para atendimento às necessidades crescentes dos consumidores. Mas, diante das restrições ambientais e econômicas, essa mudança não pode mais ser postergada e precisa entrar de uma vez nos planos do governo e de toda a sociedade.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 7)(Angela Cardoso - Angela Cardoso é gestora da Unidade de Negócios de SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional) da Keyassociados. acardoso@keyassociados.com.br)

"Usina de Balbina foi um erro" (Gazeta Mercantil) 07/04/09

Brasília, 7 de Abril de 2009 - A Usina Hidrelétrica de Balbina, localizada no Rio Uatumã, na Bacia Amazônica, deve parar de funcionar, segundo o historiador e diretor da organização não-governamental International Rivers, Glenn Switkes. Switkes destacou os problemas causados pela construção da usina e defendeu a desativação do complexo como uma alternativa para o Brasil.

A Usina de Balbina foi construída em 1989 com o propósito de abastecer a cidade de Manaus. No entanto, o especialista aponta que a construção foi um erro pois, além dos altos custos, o empreendimento não gera energia suficiente para a capital e inundou parte de um território indígena com uma população de 250 famílias.

"As decisões sobre a expansão da capacidade hidrelétrica da Amazônia estão sendo feitas de maneira política e não técnica", afirma Switkes. Outro aspecto negativo destacado por ele é a quantidade de gás carbônico lançado no ar pela a usina. Segundo o historiador, Balbina emite 50 vezes a quantidade de gás carbônico de uma usina termelétrica a gás natural e dez vezes mais que uma termelétrica a carvão mineral. "Isso é uma grande contribuição do Brasil para as emissões de gás carbônico que causam o efeito estufa".

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 7)(Agência Brasil)

Além da crise, é visível novo modelo de negócios (Gazeta Mercantil) 07/04/09

7 de Abril de 2009 - cape 1, A dificuldade de saber a extensão e duração da crise atinge diretamente a formação de expectativas dos empresários. Uma consultoria especializada, a Ernst & Young, analisou a capacidade de adaptação das estruturas das empresas à desaceleração da economia. O resultado dessa pesquisa mostrou que, por um lado, os empresários preparam significativo ajuste para essa adaptação à crise: corte de custos está nos planos de 87% dos empresários entrevistados pela consultoria, redução de investimentos em 53% deles, enquanto 47% preveem diminuir o número de vagas nos próximos doze meses. Exatamente nesse ponto enfrentam fortes pressões por uma revisão no modelo de negócios que empreendem. Por outro lado, porém, a mesma sondagem, realizada com empresas com faturamento superior a R\$ 1,5 bilhão, revelou que 53% consideram que serão capazes de manter ou melhorar os resultados deste ano. A coordenação da pesquisa insiste em que essa dupla absorção da realidade demonstra que ainda há dúvidas entre os empresários sobre o contorno e impacto da atual crise.

Essa contraditória avaliação da realidade econômica não foi percebida apenas pelo estudo dessa consultoria. Pesquisa da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), realizada em 586 empresas entre 17 de fevereiro e 17 de março, confirmou que duas em cada cinco indústrias paulistas pretendem demitir empregados nos próximos meses, cortes que devem atingir 14,3% do quadro de pessoal, porém, de novo, há um outro lado na construção das expectativas das empresas captado pela Fiesp. Do conjunto do universo pesquisado, 47% informaram que dispensaram 18,7% dos empregados desde outubro de 2008, mas as que pretendem voltar a demitir, e que significam 38% da amostra, informaram que nesse momento o corte já será menor, em torno de 14%. Em outras palavras: no contexto mais recente, os empresários construíram visão menos ruim da realidade econômica.

A direção do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp admitiu, frente a esses resultados, que o pior pode ter passado em relação aos efeitos no emprego, embora a crise continue a causar problemas na atividade industrial. No entanto, como alertou um dos diretores desse departamento, a "onda de uma crise não atinge todas as empresas com a mesma intensidade e ao mesmo tempo". A Fiesp ponderou que a extensão da crise foi até maior do que o imaginado e, portanto, algumas empresas sentem necessidade de um novo ajuste; no entanto, outras só agora começam a identificar os efeitos mais complicados, porque a "onda" chegou bem depois no seu ramo de atividade.

Essa diferença de timing entre os setores da economia tem relação com a diversificação na construção das expectativas gerais. Sem dúvida, a decisão de cortar custos guarda relação com o tempo de duração da crise. Porém, segundo a pesquisa da Ernst & Young os empresários mesmo que não identifiquem hipóteses de crescimento, planejam mudar o mix de produtos e começam a promover um rearranjo interno e a procurar novos mercados. Nesse aspecto, é inquestionável que a crise colocou no horizonte de médio prazo um novo modelo de negócios para as diversas atividades econômicas. E esse novo modelo tem novas expectativas que os empresários já são capazes de formalizar, como a pesquisa da consultoria mostrou: redução de taxa de juros básica, adoção de novas políticas de crédito, pressão por cortes mais efetivos nos gastos governamentais e exigência de expansão de investimentos em infraestrutura. E, uma

conclusão especial: no Brasil há um aspecto efetivo e psicológico da crise, porque muitos acreditam que o papel do empresariado e do Estado pode mudar o curso das coisas durante a crise, ajudando a afastar a visão pessimista.

O papel do Estado em construir diques de contenção do pessimismo na economia deve ser ressaltado. A revista *The Economist* destacou há duas edições o papel dos bancos públicos brasileiros no apoio à economia em tempos de crise. Porém, apesar do apoio o crédito não voltou nos padrões necessários para revitalizar de fato a atividade econômica. Por outro lado, como também mostrou pesquisa da Fiesp, um quarto das empresas descartou qualquer intenção de investimento em 2009. Essa decisão é um grave engano. A construção de expectativas favoráveis é trabalho conjunto do setor público e da iniciativa privada. Neste momento, ambos ainda não estão convencidos de que a recuperação pode ser mais rápida do que o previsto. E nela, os novos modelos de negócios estarão à frente dos concorrentes.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 2)

Efeitos do pacote de Obama no Brasil (Gazeta Mercantil) 07/04/09

7 de Abril de 2009 - O plano de Obama, que injeta US\$ 787 bilhões na economia, coloca as tecnologias limpas como espinha dorsal das ações, visando a gerar entre 3 milhões e 4 milhões de empregos nos Estados Unidos. Empresas americanas, adaptando-se às novas tecnologias, preparam-se para novos parâmetros de competição internacional. O Google, liderando investimentos na área, anunciou o seu plano para desenvolver e implementar uma plataforma do software para fornecer aos consumidores formas mais inteligentes de gestão de energia.

Além de US\$ 500 milhões para a formação e treinamento de profissionais para "empregos verdes", o pacote inclui mais de US\$ 80 bilhões em gastos diretos, incentivos fiscais e de investigação para tecnologias limpas, incluindo US\$ 11 bilhões para a modernização das linhas de transmissão de energia limpa, gargalo do sistema; US\$ 6 bilhões para novos projetos de energias renováveis, US\$ 6,3 bilhões para implantação de eficiência energética, US\$ 5 bilhões para climatizar lares de rendimentos modestos com eficiência energética e US\$ 4,5 bilhões para tornar prédios públicos energeticamente mais eficientes.

Veículos flex que podem ser abastecidos em tomadas elétricas residenciais, de energia limpa, receberam US\$ 2 bilhões em subsídios para as baterias de última geração; US\$ 8,4 bilhões para transportes limpos de massa e US\$ 9,3 bilhões para a construção de ferrovias de alta velocidade, com energia limpa. Projetos de água potável com ciclos e reciclos limpos receberam US\$ 6 bilhões. Pesquisas em eficiência energética e energias renováveis mais US\$ 2,5 bilhões, sem contar os US\$ 20 bilhões, a mais, em incentivos fiscais e créditos para as novas fontes renováveis de energia.

Com o maior pacote ambiental já lançado, Obama dá o tom e lidera o caminho para a Cúpula Mundial do Clima a ser realizada pela ONU, em dezembro, no centro de Copenhague, capital da Dinamarca, onde representantes de 170 países, corporações, ONGs, imprensa e novos players como o Brasil (hoje no cenário global), atraem atenções de investidores dando contornos ao ecomercado.

O governo chinês anunciou investimentos de US\$ 380 bilhões em programas ambientais prometendo suplantando os EUA na corrida dos ecoinvestimentos. Produzindo quase metade do cimento do mundo a China quer diminuir em mais de 40% a demanda de energia neste setor. Estimulado, o capital de risco verde chinês duplicou até alcançar 19% do total dos investimentos realizados nos últimos anos.

Abu Dhabi, lastreado no petróleo, atrai tecnologias e o mercado de energias limpas, agora subsidiado pelos americanos, investindo na construção de Masdar, primeira cidade carbono neutro do mundo, em pleno deserto. Cobrindo uma área de 6 km², com 50 mil habitantes e 80% da água reciclada, não usará petróleo nem gás. O lixo, transformado em energia e adubo também entrará na construção civil. Uma ousada e estratégica vitrine para receber e lucrar com transferências de tecnologias limpas.

Os programas de eficiência energética do Japão e Coreia do Sul, por sua vez, que já reduziram em 55% o consumo das geladeiras, em 68% o consumo dos aparelhos de ar-condicionado e em 99% o consumo dos computadores, articulam-se com os setores da economia americana escolhidos pela alavancagem governamental, trazendo para casa as inovações financiadas pelo novo governo do país parceiro.

O apelo pela redução do teto de emissão de carbono, liderado pela União Europeia (UE), que tem agora os Estados Unidos como aliados, move decisões de governos e corporações em todo o mundo e afeta mercados.

Esses novos paradigmas influenciam outros países e empresas com ramificações globais. Os sofisticados sistemas de gerenciamento de risco das corporações, alheios a questões ambientais e hoje desnorteados com a crise internacional, estão sendo recapacitados para analisar os efeitos do emergente ecomercado no fluxo de caixa e ativos das empresas.

Transnacionais brasileiras como Cia. Vale do Rio Doce, Petrobras, Odebrecht, Votorantim, Gerdau - algumas com parcela significativa do faturamento no exterior - sentirão primeiro os efeitos da nova governança. Reavaliando planejamentos, preparam-se para enfrentar concorrentes estrangeiros subsidiados com recursos financeiros e inteligência nova num mundo de baixo carbono em que a demanda de energia global crescerá em 30% até 2020.

No recente fórum National Clean Energy Project: Building the New Economy, realizado em Washington, lideranças americanas como Bill Clinton, que está à frente do Clinton Global Initiative-CGI, Al Gore (Prêmio Nobel), Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Deputados e os integrantes do gabinete de Barak Obama, Steven Chu, secretário de Energia, e Ken Salazar, secretário do Interior, debateram saídas para a crise da economia americana, criticando os indicadores econômicos que omitem custos ambientais. Possibilidades de parcerias com o Brasil foram colocadas, destacando o potencial do etanol no transporte, na álcoolquímica e na matriz energética hídrica limpa.

Beiramos o momento em que inventários de carbono serão exigidos nos balanços das empresas e que o fluxo de carbono, analisado como estimulador ou inibidor de investimentos, determinará a remuneração de acionistas e novos executivos, interessados em lucrar com os negócios da descarbonização. A nova direção da Environmental Protection Agency (EPA), do governo americano, já pede a obrigatoriedade de relatório de emissão de gases efeito estufa a ser apresentado pelas empresas no início de 2011, com base em 2010, usando 2009 para testes e adaptações.

Aproveitando a interdependência da economia planetária o Brasil pode avançar em parcerias específicas com os setores econômicos estimulados pelo presidente Obama, preparando-se para benefícios do pacote americano.

kicker: Os novos parâmetros influenciarão as multinacionais brasileiras

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 3) EDUARDO ATHAYDE* - Diretor do WWI-Worldwatch Institute)

Cetip libera registro para as ofertas de empresas fechadas (Gazeta Mercantil) **07/04/09**

São Paulo, 7 de Abril de 2009 - A primeira operação de captação de recursos no mercado brasileiro por uma empresa de capital fechado no âmbito da Instrução n 476 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) - que autoriza a emissão de papéis como debêntures e notas promissórias sem a necessidade de registro no órgão regulador - será fechada nos próximos dias.

O último entrave para a realização da oferta foi derrubado na última quinta-feira, com a permissão da Cetip para o registro da companhia no mercado de balcão, o que permitirá a negociação dos títulos no mercado secundário. Na BM&F Bovespa, que também possui uma plataforma de negociação de títulos privados, a possibilidade de registro de emissões de companhias fechadas conforme a instrução continua em processo de avaliação.

No total, a Cetip contabiliza um volume de R\$ 760 milhões em papéis emitidos conforme a nova regra, que entrou em vigor em janeiro deste ano. Até o momento, porém, todas as operações foram realizadas por companhias de capital aberto. "Com a emissão da empresa fechada, esse valor deve se aproximar de R\$ 1 bilhão", calcula o diretor de relações com participantes da instituição, Jorge Sant'Anna.

A proibição para o registro dos títulos na prática inviabilizava a norma para as companhias fechadas. A instrução da CVM dispensa do aval prévio na autarquia as ofertas com esforços restritos, ou seja, direcionadas a um número máximo de 20 investidores qualificados - com aplicação mínima de pelo menos R\$ 1 milhão.

Sant'Anna justifica que a limitação era necessária enquanto alguns pontos da regra não eram esclarecidos, como a restrição e o controle sobre a negociação dos papéis, que só pode ser feita entre investidores qualificados e após um prazo de carência de 90 dias. Segundo o diretor, ficou estabelecido que a instituição financeira intermediária da oferta, sob a supervisão da câmara, será a responsável por fazer esse controle. Outra dificuldade prática encontrada pela Cetip era a obrigatoriedade de publicação de fatos relevantes das companhias fechadas. "A CVM acabou flexibilizando a exigência para esse tipo de emissor", afirma.

Dificuldades à parte, Sant'Anna elogia a nova regra e considera que o instrumento muda o panorama de captação de recursos no mercado brasileiro, em especial para as empresas de médio porte. "Com a redução dos juros, os investidores cada vez mais se voltarão para os títulos privados", diz.

De acordo com João Carlos Zani, diretor do Bradesco BBI, um dos objetivos da regra é justamente possibilitar às empresas de capital fechado captar recursos no País. Antes da instrução, essas companhias podiam fazer captações de longo prazo apenas no mercado externo.

Zani explica que, sem o registro para negociação no mercado de balcão, os bancos assumiriam um risco maior nas operações, principalmente nas que são realizadas com garantia firme, em que as instituições se comprometem a comprar os papéis que eventualmente não tenham sido vendidos na oferta. "Além de ficar com os papéis, sem o registro os bancos estariam restritos para a venda no mercado secundário."

Na CVM, até o momento três companhias anunciaram a captação via Instrução 476: a Tractebel Energia, que captou R\$ 300 milhões em notas promissórias, a MRV Engenharia, que fez uma emissão de notas de R\$ 100 milhões, e a RB Capitalização e Securitização, com uma operação de R\$ 6,8 milhões em certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Segundo o superintendente de registro de valores mobiliários da CVM, Felipe Claret, a diferença para os valores da Cetip está no fato de que, pelas regras, a autarquia é informada das ofertas apenas ao final do processo.

Rápida e barata

Claret diz que ainda é cedo para fazer um balanço da instrução, mas lembra que a flexibilização do acesso ao mercado era uma demanda antiga dos investidores. A regra da autarquia foi apelidada de "144-A brasileira", em referência à norma norte-americana que permite às companhias realizarem ofertas nos Estados Unidos sem a necessidade de registro no órgão regulador local. A CVM optou, porém, por vedar as ofertas de ações, ao menos em um primeiro momento. "Foi uma decisão estratégica testar a regra com instrumentos de dívida, mas posteriormente podemos ampliá-la, conforme o amadurecimento do mercado", argumenta.

Apesar de não ver motivos para a restrição às ofertas de ações, o advogado José Eduardo Carneiro Queiroz, sócio do escritório Mattos Filho, elogia a nova regra. Uma das principais vantagens, diz, é a maior agilidade do processo, que permitirá às empresas aproveitar oportunidades de mercado. "Em momentos de crise como o atual, essas janelas podem abrir e fechar muito rápido", afirma. Ele diz que a economia de tempo varia de oferta para oferta, mas avalia que pode chegar a um mês, enquanto o prazo de uma operação convencional é de, no mínimo, dois meses.

Queiroz ressalta que as ofertas com esforços restritos também reduzem as despesas para as companhias. "A própria economia de tempo já representa um custo a menos", diz. Para o advogado, empresas conhecidas do mercado devem ter mais facilidade para captar recursos conforme a nova instrução, mesmo em momentos de maior restrição no mercado. (Gazeta Mercantil/Finanças & Mercados - Pág. 1)(Vinicius Pinheiro)

BNDES oferece US\$ 1 bi a projetos no Paraguai (Valor Econômico) 07/04/09

Claudia Schüffner, do Rio

Como resposta às críticas sobre o preço da energia de Itaipu, Brasil oferece US\$ 1 bilhão para indústrias país

Como resposta às críticas do governo paraguaio sobre o preço pago pela energia de Itaipu, o Brasil vai oferecer US\$ 1 bilhão em financiamentos do BNDES para projetos de industrialização no país. A proposta será discutida em novo encontro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo, marcado para 29 de abril. Lugo, que interrompeu uma hegemonia de 60 anos do Partido Colorado no poder, elegeu-se tendo como um dos temas de campanha pesadas críticas ao Tratado de Itaipu, que pretende renegociar.

Além do empréstimo do BNDES, o Brasil propõe créditos para a construção de uma segunda linha de transmissão no Paraguai, que sofre com apagões quase diários em razão da fadiga das linhas existentes, colocadas em operação, em sua maioria, na década de 1950. Por outro lado, o Paraguai tem o maior número de megawatts per capita do mundo.

Também está na mesa de negociações o reajuste no preço da energia paraguaia comprada pelos brasileiros, que passaria de US\$ 45 para US\$ 47 por megawatt-hora (MWh). O Brasil propõe ainda a criação de um fundo nos moldes do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, no qual o Paraguai teria preferência para retirar até US\$ 100 milhões.

O Brasil consome quase toda a energia produzida por Itaipu e paga por ela mais caro do que os paraguaios: a tarifa média em 2008 foi de US\$ 38,7 por MWh para a Eletrobrás e US\$ 22,5 para a estatal paraguaia Ande.

Jorge Samek, diretor-geral do lado brasileiro de Itaipu, diz que a proposta permitirá financiar projetos de cana-de-açúcar, cimento, celulose e melhoramentos da soja. "É uma oportunidade para o Paraguai industrializar-se e atrair novas empresas para produzir no país", diz o executivo.

Em troca de acordo em Itaipu, país financiará projetos no Paraguai (Valor Econômico) 07/04/09

Cláudia Schüffner, do Rio

Jorge Samek, presidente de Itaipu: proposta do BNDES "é uma oportunidade para o Paraguai se industrializar" O Brasil está oferecendo financiamento de US\$ 1 bilhão do BNDES para projetos de industrialização do Paraguai como parte das negociações em torno da remuneração paga pela energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu e que é comprada daquele país. O tema vai ser discutido novamente em encontro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo, do Paraguai, em 29 de abril. Lugo, que assumiu derrubando sessenta anos de governo do partido Colorado, se elegeu tendo como tema de campanha pesadas críticas ao Tratado de Itaipu, assinado em 1973, que permitiu a construção da usina binacional. O presidente do Paraguai quer uma revisão do Tratado e apresentou uma "agenda irrealista", na avaliação do diretor-geral do lado brasileiro de Itaipu, Jorge Samek.

Além do empréstimo do BNDES, o Brasil também está oferecendo financiamento para o Paraguai construir uma segunda linha de transmissão no país, que apesar de ter o maior número de megawatts (MW) per capita, sofre com apagões quase diários devido à fadiga das linhas existentes.

Também está na mesa de negociações a duplicação do fator de ajuste (que é o preço efetivamente pago pelo Brasil), o que resultará em elevação de US\$ 45 para US\$ 47 por megawatt-hora (MWh) no preço da energia de Itaipu paga pelos consumidores brasileiros (preço final) e ainda a criação de um fundo nos moldes do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata na sigla em espanhol) no qual o Paraguai teria preferência para retirar até US\$ 100 milhões.

O Tratado de Itaipu estabelece, entre outras questões, a compra pelo Brasil de todo o excedente de energia que cabe ao Paraguai no caso de não ser consumido pelo vizinho. Mas poderia ser o contrário se houvesse demanda naquele país. Lugo propôs que a estatal Administración Nacional de Electricidad (ANDE) vendesse diretamente a energia excedente para o Brasil ou para a Argentina ou Chile mesmo antes de 2023, quando o Paraguai vai quitar a dívida contraída com o Brasil para construção de Itaipu. Só então passará a receber integralmente pela venda dos 45% da energia hoje vendida para o Brasil e comercializada aqui pela Eletrobrás.

O Brasil financiou e deu garantias do Tesouro Nacional para o empréstimo que permitiu a construção de Itaipu. A usina custou US\$ 27 bilhões (sendo US\$ 12,1 bilhões de investimento direto) e cada sócio fez um aporte inicial de US\$ 50 milhões. A parte paraguaia foi emprestada pelo Banco do Brasil. Hoje ela vale US\$ 60 bilhões. Somente os 50% que pertencem ao Paraguai têm valor de US\$ 30 bilhões, três vezes mais que o Produto Interno Bruto (PIB) daquele país. A receita operacional anual da usina é de US\$ 3,2 bilhões, dos quais 64% são usados para pagar da dívida. O restante vai para royalties e despesas operacionais.

O Brasil consome quase toda a energia produzida por Itaipu, e paga por ela mais caro do que os paraguaios: a tarifa média da usina no ano passado foi de US\$ 38,7 o MWh para a Eletrobrás e de US\$ 22,5 por MWh para a ANDE. A usina responde por 19% do suprimento nacional e 95% do consumo do Paraguai. No ano passado bateu recorde de produção de energia, com 94.684.781 MWh, o maior volume em sua história. Na quinta-feira passada, a geração foi de 11.790 MW em suas 20 turbinas. Desse total, 1.184 MW foram enviados para a ANDE (apenas 9,5% da geração) e 11.559 MW foram entregues à Eletrobrás.

Jorge Samek diz que a proposta de empréstimo do BNDES permitirá financiar projetos de cana de açúcar, cimento, celulose e para melhoramento da soja. "É uma oportunidade para o Paraguai se industrializar e atrair novas empresas para o país", diz Samek.

O Paraguai também poderá sanear um problema crônico que é a falta de investimentos em linhas de transmissão de energia que faz com que falte luz na capital do país que tem o maior número de MW per capita do planeta, com capacidade instalada dez vezes maior que o consumo. A rede de distribuição do país é antiga e foi construída na década de 50, antes da chegada de shoppings, aparelhos de ar-condicionado e outros equipamentos modernos. Consequência disso são constantes blecautes sempre que a rede de distribuição é muito demandada. Foi o que aconteceu em 2004 no

começo de um jogo entre Brasil e Paraguai pelas eliminatórias da Copa do Mundo de 2006, quando o estádio Defensores del Chaco ficou às escuras por cerca de 30 minutos logo após o começo do jogo.

Crise detona queda das cotações e o aumento do protecionismo (Valor Econômico) 07/04/09

De São Paulo

O declínio nas cotações das commodities agrícolas, causado pela crise econômica global, tem levado a um aumento de subsídios relacionados a preços. Nesse caso, se os preços internos caem abaixo de um certo nível, alguns governos automaticamente elevam os subsídios. Estes protegem os produtores domésticos e os colocam em situação mais confortável no mercado internacional do que seus concorrentes.

União Europeia, EUA, Japão e Coreia do Sul são alguns dos países que adotam esses programas que ajudam os seus produtores com pagamentos diretos todas as vezes que caem os preços das commodities.

Por causa da crise, os subsídios totais agrícolas americanos, que distorcem o comércio mundial, deverão subir de US\$ 8,1 bilhões em 2008 para US\$ 9,9 bilhões neste ano, se as atuais projeções de preço se materializarem. Essa previsão consta do estudo "Trade Protection: incipient but worrisome trends", divulgado em 4 de março e escrito pelos especialistas do Banco Mundial, Elisa Gamberoni e Richard Newfarmer (o estudo pode ser obtido em <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/3183>).

Em entrevista ao Valor, Newfarmer disse que naqueles quatro países, os subsídios já aumentaram em relação ao ano passado. Os subsídios à exportação constituem outra forma de proteção, como os que a União Europeia recentemente voltou a praticar no setor de laticínio. "Também temos visto algum aumento em impostos de exportação e proibições, embora estes tenham sido mais comuns durante a alta dos alimentos no primeiro semestre de 2008", comenta Newfarmer, que é representante especial do Banco Mundial junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na avaliação do professor Geraldo Sant'ana de Camargo Barros, coordenador científico do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) e professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq-USP, "os países desenvolvidos seguem na estratégia de proteger a produção doméstica para resguardar a renda e o emprego nacionais".

A crise reforça a tendência de busca de autossuficiência. "O presidente Barack Obama, apesar de favorecer a energia limpa e o biocombustível, pelo menos enquanto a crise não passar, vai continuar com o mesmo nível de ajuda aos produtores americanos (apesar da proposta de corte para a pequena minoria de grandes produtores), a quem está ligado por origem e politicamente. Da mesma maneira, vai manter a tarifa sobre o etanol para não prejudicar o setor nos Estados Unidos e para atuar no sentido de menor dependência energética", comenta o professor da Esalq.

A crise econômica, que derrubou os preços das commodities drasticamente por causa da falta de financiamento, tende a manter os mercados em baixa em função do menor crescimento econômico. "Muitos países consumidores não só reduziram suas compras como baixaram o padrão de qualidade, preferindo produtos de mais baixa classificação e menores preços. As receitas de exportação caíram e deverão permanecer baixas pelo menos em 2009. Isso pode ser bastante danoso para países que dependem dessas receitas para financiar o setor público", afirma Camargo Barros.

Além de registrar menores níveis de comércio e preços mais baixos, o Brasil também está sendo prejudicado pela crise porque seu agronegócio tende a se atrofiar relativamente, diz. "Há relatos de medidas protecionistas novas na União Europeia em laticínios, na Rússia em carnes e, na Índia, em soja. "No caso de soja, o Brasil pode ser bastante prejudicado", avalia o especialista.

Pior do que o Brasil, porém, estão outros países latino-americanos, os africanos e asiáticos, cujos governos não têm recursos para enfrentar, com subsídios, o poder de proteção dos países ricos, afirma Richard Newfarmer.

A pergunta insistente é qual teria sido o efeito de uma conclusão bem-sucedida da Rodada Doha para o comércio agrícola nestes tempos de crise. Para Newfarmer, "Doha iria beneficiar a grande maioria dos países. O Brasil ganharia muito por causa da sua agricultura eficiente. Neste setor tradicionalmente superprotegido, a rodada teria contribuído para reduzir barreiras".

De acordo com o especialista do Banco Mundial, "dito isso, um punhado de países poderá sair perdendo no curto prazo. Entretanto, mesmo nesses países, perdas estáticas podem ser compensadas pelo crescimento econômico a médio

prazo. Muito da magnitude de ganhos eventuais depende de políticas que os governos adotam complementarmente à Rodada Doha. Por exemplo, facilitar o comércio mediante redução de atraso nos portos e alfândegas, e gerenciamento de logística. Tudo isso pode estimular o crescimento do comércio, e essas medidas têm tanto ou mais potencial econômico do que a Rodada Doha. Por isso, o Banco Mundial lançará em abril uma Nova Facilitação de Comércio, que fornecerá recursos aos governos para melhorar a sua competitividade", informa Newfarmer.

Para o professor Geraldo de Camargo Barros, a conclusão da Rodada Doha não teria feito muita diferença para beneficiar o livre comércio nesta crise. Isso porque "vivemos tempos excepcionais". (M.H.T.)

Usinas beneficiadas doaram mais para governadores (Valor Econômico) **07/04/09**

Cristiane Agostine e Arnaldo Galvão, de São Paulo e Brasília

Levantamento junto à Justiça Eleitoral das doações eleitorais das 53 usinas citadas em denúncia publicada na "Época", mostra que os maiores beneficiários são os governadores de Goiás, Alcides Rodrigues (PP), com R\$ 626 mil; de Minas, Aécio Neves (PSDB), com R\$ 459 mil; do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), com R\$ 440 mil; o ex-governador e prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, com R\$ 401 mil, e o prefeito de Goiânia, Iris Rezende (PMDB), com R\$ 321 mil. O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) é um dos que mais arrecadaram recursos com usinas: foram mais de R\$ 194 mil na eleição de 2006. O beneficiário recordista é o também usineiro João Lyra, com R\$ 2,525 milhões.

Acusados de participar de um suposto esquema de desvio de recursos públicos da ordem de R\$ 178 milhões, o Ministério do Planejamento e o deputado José Mentor (PT-SP) evitaram ontem comentar a denúncia publicada pela revista no fim de semana. Segundo a reportagem, os dois políticos, juntamente com o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, ex-deputado pelo PCdoB foram acusados de desviar o montante para pagamento de campanha eleitorais.

Os recursos, em sua origem, seriam para o pagamento de subsídios atrasados cobrados por 53 usinas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. José Mentor, segundo a reportagem, seria um dos políticos que trabalharam para que o acordo judicial entre a ANP e os sindicatos de produtores sucroalcooleiros do Centro-Oeste e Minas fosse pago.

O deputado petista negou-se a comentar a denúncia. Em entrevista à "Época", disse que não atuou em interesse das usinas, ao reivindicar junto ao governo os R\$ 178 milhões, mas que estava "apurando denúncia de não cumprimento pelo Executivo de acordo judicial devidamente homologado pela Justiça Federal". Atuou como deputado, disse não ter recebido para isso e negou ter negociado com o ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, para liberar a verba.

Na prestação de contas de José Mentor, não há doações de usinas. Chama a atenção, porém, que 19% do arrecadado - R\$ 174.673,57 dos R\$ 913.440,61 - vieram dele. O maior doador foi o PT, por meio do diretório paulista, que deu R\$ 186.197,60.

O Ministério do Planejamento informou, por meio de assessoria, que sua participação na liberação de R\$ 178,43 milhões para o pagamento de um acordo judicial a usinas de álcool de quatro Estados limitou-se aos aspectos legais de um pedido de abertura de crédito especial no orçamento da União para o Ministério de Minas e Energia (MME) a favor da ANP. De acordo com essas explicações, o Ministério do Planejamento recebeu o requerimento acompanhado de pareceres favoráveis do Tribunal de Contas da União, da Advocacia Geral da União, da Procuradoria da ANP e da Consultoria Jurídica do Ministério de Minas e Energia. Com base nessa documentação, opinou pela abertura do crédito especial no orçamento. Nesses casos, a Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento é acionada, mas não é da sua competência questionar o mérito do crédito.

Segundo a revista, o pedido de indenização levado ao Judiciário pelas entidades sindicais dos usineiros referia-se a subsídios devidos pela ANP relativos a 2002 e 2003. A reportagem afirma que, em 2005, a agência desistiu de contestar a ação antes da sentença de primeira instância, apesar de o representante do Ministério Público Federal ser contra o acordo.

De acordo com a "Época", o procurador da República José Alfredo de Paula Silva vai ajuizar ação para anular o pagamento de R\$ 178,43 milhões porque, na opinião dele, o interesse público foi ferido e o ritual da Justiça foi desrespeitado. Para a revista, se o procurador provar o que está dizendo, poderá conseguir a condenação criminal dos responsáveis. A Lei de Improbidade Administrativa (n 8.429 de 2 de junho de 1992) também prevê devolução dos recursos do erário desviados, perda da função pública e suspensão de direitos políticos.

Comgás controla vazamento e 400 ficam sem gás em SP (Estadão Online 15:45h) 06/04/09

Vazamento ocorreu na Av. Nossa Senhora da Assunção, na Vila Butantã; previsão de retorno é 21h

Elvis Pereira - Central de Notícias

SÃO PAULO - A Comgás eliminou, por volta das 16 horas desta segunda-feira, 6, o vazamento de gás registrado na Avenida Nossa Senhora da Assunção, Vila Butantã, zona oeste de São Paulo. A empresa informou que a tubulação foi atingida durante uma obra efetuada na via.

Policiais militares e bombeiros isolaram o local. O incidente levou a interrupção do fornecimento de gás natural para cerca de 400 consumidores na região. A previsão é que o abastecimento seja normalizado até as 21 horas.

Atualizado às 17h23 para acréscimo de informações.

MME assina termo de compromisso para investir R\$ 115 milhões no Amapá (CanalEnergia) 06/04/09

Montante será aplicado no programa Luz para Todos em 2009 e 2010, segundo ministério

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, assinou nesta segunda-feira, 6 de abril, termo de compromisso para ampliar a realização do programa Luz para Todos no Amapá. Segundo o Ministério de Minas e Energia, o termo prevê realização de investimentos de R\$ 115 milhões em 2009 e 2010, para a realização de 20 mil novas ligações.

O número de ligações corresponde a 100 mil novas pessoas atendidas. O termo de compromisso envolve a União, por meio do MME, a CEA (AP), o governo do Amapá e a Eletronorte, com a participação da Agência Nacional de Energia Elétrica e da Eletronorte.

O objetivo do termo de compromisso, ainda de acordo com o MME, é dar continuidade das ações na Região Norte, onde as dificuldades de acesso à rede são maiores. O "esforço de equacionamento do atendimento" será concretizado com a interligação Tucuruí – Macapá – Manaus, que tem operação prevista para 2011.

Sidnei Martini e José Bonifácio Amaral Filho integram quadro de pesquisadores do Gesel-UFRJ (CanalEnergia) 06/04/09

Martini tratará de estudos e análises sobre transmissão de energia e modelo setorial e Amaral fará pesquisas nas áreas de regulação e mercado livre

Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

O Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro terá dois novos pesquisadores. O ex-presidente da Cteep e professor da Universidade de São Paulo, Sidnei Martini, e o ex-conselheiro José Bonifácio de Sousa Amaral Filho, professor da Unicamp, passaram a integrar o quadro de pesquisadores do Gesel-UFRJ. Martini será responsável linha de pesquisa, estudos e análises sobre transmissão de energia e modelo setorial. Já Amaral fará pesquisas nas áreas de regulação e mercado livre.

MPX Energia ON termina em queda de 3,78% (CanalEnergia) 06/04/09

Tractebel ON encerra em alta de 1,63%. IEE alcança os 17.607 pontos e fecha em baixa de 0,36%

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A MPX Energia ON terminou em queda de 3,78% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo. Nesta segunda-feira, 6 de abril, o setor elétrico registrou outros resultados negativos com a Cemig PN (-3,46%) e a Energias do Brasil ON (-

0,85%). A Tractebel ON encerrou em alta de 1,63%, acompanhada pela Light ON (1,08%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 17.607 pontos e fechou em baixa de 0,36%, assim como o Ibovespa, que chegou aos 44.167 pontos, com queda de 0,50%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,15%
AES Tietê PN: 0,05%
Celesc PNB: 0,88%
Cemig PN: -3,46%
Cesp PNB: -0,40%
Coelce PNA: 0,42%
Copel PNB: 0,16%
CPFL Energia ON: -0,42%
Eletrobrás PNB: -0,78%
Energias do Brasil ON: -0,85%
Equatorial ON: 0,79%
Light ON: 1,08%
MPX Energia ON: -3,78%
Tractebel ON: 1,63%
Terna Part UNT: -0,37%
Transmissão Paulista PN: -0,19%

CPFL Energia emitirá R\$ 495 milhões em notas promissórias (*CanalEnergia*) 06/04/09

S&P atribui ratings 'brA-1' a lançamento de notas promissórias de seis subsidiárias

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A CPFL Energia anunciou o lançamento de R\$ 495 milhões em notas promissórias de seis subsidiárias. A operação terá prazo entre 180 dias e 360 dias e terá remuneração de CDI mais spread de 18% ao ano over. A Standard & Poor's atribuiu ratings de curto prazo 'brA-1' às emissões.

A CPFL Paulista (brAA+/Estável/) e a RGE (brAA+/Estável/) farão emissão de R\$ 175 milhões e R\$ 185 milhões, respectivamente. A CPFL Geração fará emissão de R\$ 85 milhões, assim como a CPFL Leste Paulista (R\$ 24 milhões) e CPFL Sul Paulista (R\$ 16 milhões) e CPFL Jaguari R\$ 10 milhões).

Estas quatro últimas não possuem ratings da S&P. De acordo com a agência, essas emissões contarão com o aval da CPFL Energia (brAA+/Estável/) para o pagamento de principal e juros durante todo seu período de vigência.

As notas promissórias da CPFL Paulista (SP), RGE (RS) e CPFL Geração terão prazos de vencimento de até 360 dias, enquanto as da CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista e CPFL Jaguari, todas de São Paulo, vencem em 180 dias a partir da data de emissão. Os recursos das emissões serão destinados ao pagamento de dívidas existentes no curto prazo das subsidiárias e os resgates das notas, segundo a S&P, deverão ser feitos por meio de emissões de dívidas de longo prazo.

Os ratings 'brA-1' das emissões da CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista e CPFL Jaguari se baseiam na garantia corporativa oferecida pela CPFL Energia. Por conta disso, segundo a agência classificadora, os ratings estão na mesma categoria de risco de crédito de dívidas emitidas por essa holding. A S&P informou ainda que, caso haja modificação nos ratings da CPFL Energia, os ratings das notas promissórias de suas subsidiárias poderão seguir a mesma movimentação.

ABCM: compensações térmicas tiram poder de negociação do Brasil sobre aquecimento global (*CanalEnergia*) 06/04/09

Fernando Luiz Zancan afirma que proposta encarecerá energia e sinalizará erroneamente que país, com matriz renovável, tem emissões elevadas

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A proposta feita pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de se compensar as emissões de térmicas a combustíveis fósseis representará mais ônus para empreendedores num modelo que visa à modicidade tarifária, além de fazer com que o país assuma uma condição de grande emissor de gás carbônico, o que não acontece na realidade. Na avaliação do presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral, Fernando Luiz Zancan, as propostas do ministro Carlos Minc são caras, dão sinal trocado aos demais países, e tiram "poder de fogo" do país no momento em que se debate, em nível mundial, metas de emissões para países em desenvolvimento.

"O país já possui crédito na área ambiental. Não tem matriz energética no mundo tão boa quanto à nossa, com 45% da energia renovável", destacou o executivo, acrescentando que os gases de efeito estufa hoje na atmosfera foram emitidos pelos países desenvolvidos "há cem anos". Para ele, não se pode, neste, momento, implementar medidas compensatórias que venham a encarecer o custo da energia no país.

O presidente da ABCM explicou também que o modelo elétrico brasileiro hidrotérmico demanda uso maior de térmicas no futuro, diante da exigência de implantação de hidrelétricas com reservatórios menores. Ou seja, como essas usinas atuam como complemento da hidreletricidade, a emissão de gás carbônico é menor do que a projetada.

"Para a mesma energia gerada, o Brasil tem menos CO2 do que outros países. Se nós vamos precisar de todas as formas de energia, por que encarecer a energia A ou B, isso é um tiro no pé, alguém tem que pagar essa conta"? questiona Zancan, acrescentando que ao longo do tempo o nível de emissões é muito menor do que as causadas pelo uso do solo, que inclui as queimadas e o desmatamento na Amazônia.

Segundo ele, a geração de energia corresponde a 16,8% das emissões de gases de efeito estufa, enquanto 75% estão localizados no uso do solo. Além disso, o país já estuda o uso do carvão limpo. A proposta do ministro Carlos Minc é de implementar medidas de compensação ambiental para térmicas a óleo e a carvão, para que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis possa conceder licenças de instalação. Essa portaria, com previsão de assinatura neste mês de abril, prevê a compensação por meio de plantio de árvores, investimentos em energias alternativas ou sistemas de captura de carbono.

Aneel constitui grupo de trabalho para aprimorar redação dos contratos de concessão (CanalEnergia) 06/04/09

Grupo de trabalho terá 180 dias para submeter os produtos à aprovação do Procurador Geral da agência

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hubner, autorizou a constituição de um grupo de trabalho para aprimorar o conteúdo das cláusulas constantes nas minutas dos contratos de concessão dos serviços de distribuição, transmissão e geração. De acordo com a agência, o grupo de trabalho vai apenas melhorar a redação dos futuros contratos de concessionárias, mas não vai tratar de renovação das concessões.

O grupo de trabalho, segundo portaria publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 6 de abril, terá prazo de 180 dias para submeter os produtos à aprovação do Procurador Geral, para posterior encaminhamento à diretoria, no prazo de dez dias. O grupo de trabalho será constituído por representantes da Procuradoria Federal, da Superintendência de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição, e da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração.

MME enquadra conexão de usinas do Rio Madeira ao Reidi (CanalEnergia) 06/04/09

Portarias incluem conexões da Interligação Elétrica do Madeira S.A e projetos de outras três empresas

Da Agência CanalEnergia, Negócios

O Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento de cinco projetos de transmissão no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura. O MME publicou no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 06 de abril, as portarias que beneficiam a Araraquara Transmissora de Energia S.A., a Interligação Elétrica do Madeira

S.A. (que arrematou projetos do chamado "linhão do Madeira"), a Catxerê Transmissora de Energia e a Eletronorte. Os reforços estão previstos para os estados de São Paulo, Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Maranhão.

Em São Paulo, a Araraquara Transmissora de Energia S.A. teve enquadrados os projetos de instalação de transmissão na Subestação Araraquara 2, na LT Araraquara 2 - Araraquara Furnas, e na LT Araraquara 2 - Araraquara Cteep, ambas com extensão aproximada de 15 quilômetros. Os projetos da Interligação Elétrica do Madeira S.A são constituídos pela estação conversora nº 02 e pela estação inversora nº 02 CC/CA e abrangem os estados de São Paulo e Rondônia. Além disso, o Reidi enquadrou a LT Coletora Porto Velho - Araraquara 2, com extensão aproximada de 2.375 quilômetros.

Este projeto, que passa pelos estados de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, faz parte da interligação das usinas do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (RO, 6.450 MW). Também em Mato Grosso e Goiás foi aprovado o enquadramento ao Reidi de projetos de transmissão de energia da Catxerê Transmissora de Energia S.A. As instalações compreendem a LT Cuiabá (MT) - Ribeirãozinho (GO), com extensão aproximada de 364 quilômetros, que tem origem na subestação Cuiabá e término na subestação Ribeirãozinho.

Além disso, há também a LT Ribeirãozinho - Rio Verde Norte, de aproximadamente 242 quilômetros, com origem na subestação Ribeirãozinho e término na subestação Rio Verde Norte. Já a Eletronorte teve enquadrado o projeto de instalações de transmissão da LT São Luis II - São Luis III (MA), em 230 kV, com extensão aproximada de 36 quilômetros, e a subestação São Luis III.

Leilão de LTs: Aneel adia para 15 de abril reunião sobre dúvidas de edital (CanalEnergia) 06/04/09

Prazo para esclarecimentos sobre edital também muda, para 20 de abril, segundo agência

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Agência Nacional de Energia Elétrica alterou a data de reunião de esclarecimento de dúvidas sobre o manual de instruções e procedimentos do primeiro leilão de linhas de transmissão. Previsto anteriormente para a próxima quinta-feira, 09 de abril, o evento acontecerá no dia 15 na sede da agência, a partir das 15 horas. A Aneel também alterou para o dia 20 deste mês o prazo final para solicitação de esclarecimento sobre o edital, e para o dia 27 de abril as respostas a estes esclarecimentos. As demais datas do cronograma permanecem inalteradas.

O leilão será realizado no dia 08 de maio na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Serão licitadas as concessões de 19 novas linhas de transmissão e nove subestações, divididas em 12 lotes. O prazo previsto para a conclusão das construções varia entre 18 e 24 meses a partir da assinatura dos contratos de concessão. Ainda de acordo com a Aneel, os investimentos totais são estimados em R\$ 1,787 bilhão.

UHE Batalha adia início de enchimento de reservatório (CanalEnergia) 06/04/09

Demora na LI faz Furnas perder ciclo hidrológico. Preenchimento de lago, previsto para janeiro de 2010, começa em outubro do mesmo ano

Da Agência CanalEnergia, OeM

A hidrelétrica Batalha (GO/MG, 52,5 MW), que tem o início da operação comercial previsto para maio de 2011, vai adiar o enchimento do reservatório. Anteriormente previsto para janeiro de 2010, o início da formação do lago deve ocorrer em outubro do mesmo ano. Segundo Furnas, responsável pelo empreendimento, a licença de instalação demorou a sair e, por isso, a empresa perdeu o ciclo hidrológico. Em construção desde junho do ano passado, a hidrelétrica tem 18% do empreendimento concluído. Se forem consideradas apenas as obras civis, este percentual aumenta para 33%.

Localizada na divisa dos municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG), a UHE Batalha terá energia suficiente para abastecer 130 mil pessoas. Atualmente, estão em andamento a construção da estrutura necessária para o desvio do rio, previsto para abril de 2010, a tomada d'água, a casa de força e o vertedouro. De acordo com Clóvis Harly, superintendente de empreendimentos de geração de Furnas, o investimento total previsto é de R\$ 740 milhões. "Desse valor, estamos buscando junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social um financiamento de 75%", disse, acrescentando que ainda não tem prazo previsto para a liberação dos recursos.

Segundo o acompanhamento da Agência Nacional de Energia Elétrica, o fornecimento e a montagem dos equipamentos eletromecânicos para as obras continuam em fase de contratação. No entanto, segundo Harly, para esta etapa, Furnas

já está em fase de assinatura de contrato. A UHE Batalha tem como EPCista a Camargo Correa e a PCE Ltda é a projetista da obra. Uma linha de transmissão de circuito simples, em 138 kV, com 75 quilômetros, conectando-se à subestação Paracatu 1, interligará a hidrelétrica.

Para reduzir os impactos ambientais, destaca Harly Furnas elaborou 23 programas socioambientais. "Temos o programa de educação ambiental, preservação de patrimônio arqueológico e cultural, entre outros, Além disso, Furnas tem realizado o resgate de fauna e flora na área do canteiro de obras para preservar espécies nativas", contou o executivo.

Rio Sirinhaém Energia e Heidrich Geração Elétrica vão implantar e explorar PCHs (CanalEnergia) 06/04/09

Empreendimentos estão localizados em Pernambuco e Santa Catarina e somam 24,12 MW de potência instalada

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou novos produtores de energia, que vão implantar e explorar pequenas centrais hidrelétricas. Em Gameleira, no estado de Pernambuco, a Rio Sirinhaém Energia Ltda vai atuar como produtora independente de energia nas PCHs Cachoeira Alegre, Cachoeira da Onça, Cortês I, Cortês II, Cortês III, Ilha das Flores e Cachoeira da Prata. Somados, os empreendimentos somam 22,12 MW. No município de Taió, em Santa Catarina, a Heidrich Geração Elétrica Ltda vai se estabelecer como autoprodutora na PCH Curt Lindner. A usina terá 2 MW de potência instalada.

Cesp e Ministério Público firmam acordo no valor de R\$ 119 milhões (CanalEnergia) 06/04/09

Acordo se deve a uma ação pelo não cumprimento de condições inicialmente ajustadas com a empresa para a implantação do Parque Estadual do Rio do Peixe

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O Ministério Público Federal em Presidente Prudente (SP) e o Grupo de Atuação Especial em Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo firmaram na última sexta-feira, 3 de abril, um acordo judicial com a Cesp no valor de R\$ 119 milhões. O acordo se deve a uma ação pelo não cumprimento de condições inicialmente ajustadas com a empresa para a implantação do Parque Estadual do Rio do Peixe, uma das obrigações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 1998.

Pelo acordo, além de implementar o parque, a Cesp terá de arcar com os R\$ 119 milhões que serão revertidos para projetos socioeconômicos e ambientais na região de Prudente e do Pontal do Paranapanema. A empresa terá um prazo de 36 meses, contados a partir da homologação judicial do acordo, para a implantação integral do Parque Estadual do Rio do Peixe, passando a incidir, após o fim do prazo, multa diária de R\$ 10 mil.

O acordo previu duas categorias de projetos socioeconômicos e uma categoria de projetos ambientais. Do montante total a ser investido, R\$ 50 milhões serão destinados a projetos socioeconômicos nos municípios de Caiuá, Castilho, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rosana e Teodoro Sampaio, que perderam território com a construção do reservatório da hidrelétrica de Sérgio Motta (Porto Primavera).

Além disso, devem ser utilizados R\$ 20 milhões em outros projetos socioeconômicos na região e R\$ 49 milhões em projetos ambientais de interesse regional. O documento já foi aprovado na Justiça Federal e a homologação do acordo será apreciada pelo juiz federal Newton José Falcão, da 2ª Vara Federal. O acordo só terá eficácia após a homologação judicial, quando passam a correr os prazos para a Cesp efetuar os depósitos.

Celesc investe R\$ 20 milhões em instalação de linha de transmissão (CanalEnergia) 06/04/09

Construção começará em seis meses e atenderá unidade da Votorantim que está sendo construída em Vidal Ramos (SC)

Da Agência CanalEnergia, Negócios

A Celesc investirá cerca de R\$ 20 milhões na instalação de uma linha de transmissão de 138 kV para atender a unidade fabril da Votorantim, que está sendo construída em Vidal Ramos, em Santa Catarina. De acordo com a empresa, as obras devem começar em seis meses e estima-se que a energia chegue até novembro de 2010. A Votorantim está investindo no município catarinense cerca de R\$ 380 milhões.

UHE Isamu Ikeda tem novos percentuais de áreas inundadas (*CanalEnergia*)

06/04/09

Regiões de Monte do Carmo e Ponte Alta do Tocantins passaram a ter respectivamente 33,52% e 66,48% da área inundada

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou os novos percentuais das áreas de dois municípios inundados pelo reservatório da hidrelétrica Isamu Ikeda, localizada no rio das Balsas, no Tocantins. Com a revisão da área alagada, as regiões de Monte do Carmo e Ponte Alta do Tocantins passaram a ter, respectivamente, 33,52% da área inundada, que representa 3,06 quilômetros quadrados, e 66,48%, que significa 6,07 quilômetros quadrados.

Abilux premia projetos de iluminação (*CanalEnergia*) 06/04/09

Premiação é destinada aos escritórios e aos profissionais de arquitetura, design de interiores, engenharia e áreas afins

Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

A Associação Brasileira da Indústria de Iluminação está lançando a quarta edição do Prêmio Abilux Projetos de Iluminação, que busca o reconhecimento do trabalho de profissionais que se dedicam ao desenvolvimento dos projetos de iluminação. A premiação é destinada aos escritórios e aos profissionais de arquitetura, design de interiores, engenharia e áreas afins. Para participar, os projetos inscritos deverão ter sido realizados e implantados em território nacional entre setembro de 2006 e março deste ano. Além disso, outro pré-requisito para a participação é que que 70% dos investimentos sejam em produtos nacionais.

No prêmio serão disputadas diversas categorias, como residencial, corporações e vias públicas. As inscrições estarão abertas a partir do dia 6 de abril e se estende até 30 de junho. A premiação será realizada em outubro em São Paulo e os três primeiros colocados de cada categoria receberão certificado e selo. Além disso, os primeiros lugares também ganharão uma escultura e concorrerão a uma viagem. Outras informações podem ser obtidas através do telefone (11) 3251-2744 ou pelo e-mail premioprojetos@abilux.com.br.

MPX Energia pretende investir em energia eólica (*CanalEnergia*) 06/04/09

Empresa está analisando projetos para o leilão de 25 de novembro. Porto do Açu ganhará térmica a gás de 3.300 MW

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios

A MPX Energia pretende entrar no negócio de energia eólica. A empresa já está analisando projetos no segmento tendo em vista uma possível participação no leilão específico para a fonte marcado para o dia 25 de novembro. "Queremos assegurar projetos para possivelmente participar do leilão de novembro", disse Eduardo Karrer, presidente da companhia, em teleconferência com analistas na semana passada.

A empresa é mais conhecida por seus grandes projetos térmicos, principalmente, a carvão. Mas a MPX também pretende explorar o gás natural. Para tanto, está licenciando uma térmica a gás natural no Porto do Açu com capacidade de 3.300 MW. Segundo Karrer, o licenciamento do projeto está sendo feito de forma integrada com toda a estrutura do porto, que fica no litoral norte do estado do Rio de Janeiro.

"Acreditamos que o licenciamento é para o começo de 2010", afirmou o executivo sobre o processo do empreendimento. A intenção é ter a opção de importar o gás na forma líquida. A proximidade com a rede de gasodutos do Sudeste também é vista como uma das vantagens do projeto.

Além dessa térmica, outro projeto a carvão mineral importado, com capacidade de 2.100 MW, já tem licença prévia emitida por órgão estadual. A pretensão da MPX é colocá-la no leilão A-5 deste ano. "Porto do Açú é nosso projeto mais relevante nos próximos 10 a 15 anos".

O executivo não teme os efeitos da crise financeira internacional na demanda das distribuidoras nos próximos leilões. Para Karrer, haverá demanda por energia térmica nos certames, principalmente, no A-3 marcado para 27 de agosto. Outro projeto no portfólio da companhia é a MPX Sul, térmica a carvão nacional com capacidade de 600 MW. Foi entregue em março o Estudo de Impacto Ambiental. "É um dos nossos projetos mais completos porque detemos 100% do empreendimento e 70% da mina", frisou o executivo.

Por outro lado, a empresa já investiu R\$ 1,4 bilhão nos empreendimentos já em construção. As duas unidades de Pecém, no Ceará, e em Itaqui, no Maranhão. As térmicas a carvão importado têm capacidade de 1.440 MW e já comercializaram energia em leilões A-5 recentemente. Karrer afirmou que os empreendimentos estão dentro do cronograma.

Os investimentos também acontecem no exterior. No Chile, a MPX está em meio ao processo de licenciamento da térmica a carvão mineral de Castilla. O empreendimento pode chegar a 2,1 mil MW, mas o plano de negócios da companhia pretende chegar a 1,4 mil MW. "Acredito que no segundo semestre deste ano teremos a licença para a planta e o porto", disse.

MPX Energia ON opera em queda de 4,29% (CanalEnergia) 06/04/09

Terna Participações UNT registra alta de 3,44%. IEE alcança os 43.493 pontos, com queda de 2,02%

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A MPX Energia ON opera em queda de 4,29% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 6 de abril. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Cemig PN (-3,06%) e a Eletrobrás PNB (-2,48%). A Terna Participações UNT opera em alta de 3,44%, acompanhada pela AES Eletropaulo PNB (1,73%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 43.493 pontos, com queda de 2,02%, assim como o Ibovespa, que chegou aos 17.492 pontos, com baixa de 1,01%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,73%
AES Tietê PN: -2,32%
Celesc PNB: -0,16%
Cemig PN: -3,06%
Cesp PNB: -1,34%
Coelce PNA: 0,83%
Copel PNB: -0,95%
CPFL Energia ON: -0,12%
Eletrobrás PNB: -2,48%
Energias do Brasil ON: -0,46%
Equatorial ON: -0,71%
Light ON: 0,22%
MPX Energia ON: -4,29%
Tractebel ON: -1,03%
Terna Part UNT: 3,44%
Transmissão Paulista PN: 0,79%

Jaguari opera com 100% da capacidade (CanalEnergia) 06/04/09

Nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste atinge 81,5%, segundo dados do boletim do ONS

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

O nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste atinge 81,5% do volume acumulado, com alta de 0,1%, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referente ao último domingo, 5 de abril. A usina de Jaguari trabalha com 100% da capacidade armazenada. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 94%, com alta de 0,5%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 98,69% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 86,5% do volume, com alta de 0,3%. O índice está 43% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 83,68% da capacidade.

Submercado Sul - Os reservatórios atingem 45,7% do volume acumulado, com baixa de 0,1%. O índice está 28% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Machadinho trabalha com 27,63% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 81,5% do volume, com alta de 0,1%. O índice está 25,8% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Jaguari e Nova Ponte operam com 100% e 97,23%, respectivamente

Celg Distribuição aplicará R\$ 3,94 milhões em projeto de P&D (*CanalEnergia*) 06/04/09

Projetos deverão ser iniciados até 1º de junho deste ano e finalizados até 31 de maio de 2010

Da Agência CanalEnergia, PeD

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou o ciclo 2006/2007 do programa de pesquisa e desenvolvimento da Celg Distribuição S.A. A empresa deverá aplicar recursos de R\$ 3.949.540,54, correspondente a 0,23% da receita operacional líquida, que fechou em R\$ 1.690.407.203,39. De acordo com a Aneel, até 2010 a empresa deve investir o mínimo de 0,20% da ROL em programas de P&D. A partir de 2011, o valor sobe para 0,30%. Os projetos da Celg devem ser iniciados até 1º de junho deste ano e finalizados até 31 de maio de 2010.

Copel, Cocal e DME Poços de Caldas têm índices tarifários em consulta pública (*CanalEnergia*) 06/04/09

Índices provisórios foram aplicados em razão do aperfeiçoamento da metodologia de cálculo. Interessados poderão enviar contribuições até dia 29 de abril

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica iniciou na última quinta-feira, 2 de abril, período de consulta pública para avaliar as propostas dos índices definitivos do segundo ciclo de revisões tarifárias da Copel (PR), Cocal (PR) e DME Poços de Caldas (MG). Os índices propostos são, respectivamente, de -7,70%, -11,77% e -8,99%. Os interessados poderão enviar contribuições até o dia 29 de abril, pelos e-mails cp026_2009@aneel.gov.br (Copel), cp027_2009@aneel.gov.br (Cocal) e cp028_2009@aneel.gov.br (DME - PC).

Outras duas empresas iniciaram o período de consulta pública de seus percentuais definitivos de revisão no último dia 26 de março. A Energisa Minas Gerais (MG) tem índice proposto de -7,88%, enquanto a Energisa Nova Friburgo (RJ) tem índice de 10,18% em análise. Os interessados poderão enviar as contribuições pelos e-mails cp023_2009@aneel.gov.br (Energisa MG) e cp024_2009@aneel.gov.br (Energisa Nova Friburgo) até o dia 22 de abril.

De acordo com a Aneel, essas concessionárias passaram pela revisão tarifária no ano passado e tiveram índices provisórios aplicados pela agência em função do aperfeiçoamento da metodologia de cálculo nesse ciclo de revisões. Os percentuais provisórios de reposicionamento tarifário foram os seguintes: Copel (-7,17%), Cocal (-11,64%), DME - PC (-6,40%), Energisa MG (-5,45%) e Energisa Nova Friburgo (14,22%).

Ao todo, segundo a agência, 42 concessionárias, sendo sete em 2007 e 35 em 2008, tiveram resultados provisórios no segundo ciclo de revisão tarifária. Os documentos relativos a esses processos poderão ser consultados no site da Aneel. Os interessados em enviar sugestões também poderão encaminhá-las por fax, no número (61) 2192-8839 ou por correio, para o endereço SGAN - Quadra 603 - Módulo I - Térreo / Protocolo Geral da Aneel, CEP 70.830-030, Brasília - DF.

Cteep vai emitir R\$ 200 milhões em notas promissórias (*CanalEnergia*) 06/04/09

Conselho de Administração da companhia aprovou a segunda emissão de notas promissórias, que terão valor unitário de R\$ 1 milhão

Da Agência CanalEnergia, Negócios

O Conselho de Administração da Cteep aprovou na última sexta-feira, 3 de abril, a segunda emissão de notas promissórias no valor de R\$ 200 milhões. De acordo com a companhia, serão emitidas 200 notas promissórias, em série única, com valor unitário de R\$ 1 milhão.

A Cteep informou ainda que o prazo de vencimento será de 360 dias a contar da data de emissão e que a colocação das notas promissórias estará concluída até o dia 30 de abril. Além disso, segundo a empresa, as notas promissórias poderão ser declaradas antecipadamente vencidas, independente de prévio aviso, na ocorrência dos eventos que venham a ser descritos nos documentos da emissão.

UTE São José inicia testes em duas unidades geradoras (*CanalEnergia*) 06/04/09

Localizado no município de Macatuba, em São Paulo, empreendimento soma 60 MW e pertence à Açucareira Zillo Lorenzetti

Da Agência CanalEnergia, OeM

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação em testes de duas unidades geradoras da termelétrica São José. da Açucareira Zillo Lorenzetti. De acordo com despacho 1.281 publicado no Diário Oficial da União da última sexta-feira, 03 de abril, a empresa tem até 60 dias para enviar relatório confirmando ou corrigindo a potência das unidades, que têm 30 MW cada, totalizando 60 MW. A usina está localizada no município de Macatuba, em São Paulo.

Operação - A Aneel liberou ainda o início da operação comercial da unidade geradora 4 com 10 MW de potência da térmica Guarani Cruz Alta, em São Paulo. Localizada no município de Olímpia, a usina pertence à Açúcar Guarani S.A. A autorização consta no despacho 1.280 publicado no D.O.U. da sexta-feira passada.

Luiz Fernando Leone Vianna, da Apine: Cinco anos de novo modelo e os desafios futuros do Setor Elétrico Brasileiro (parte 1 de 2) (*CanalEnergia*) 06/04/09

Quando falamos do novo modelo do setor, ou preferencialmente do modelo vigente, temos que nos reportar ao divisor de águas que foi o último racionamento, a partir do qual, na Câmara de Gestão da Crise, foram iniciadas as discussões sobre as alterações necessárias no modelo

Luiz Fernando Leone Vianna, para a Agência CanalEnergia, Artigos

Recentemente participamos de um encontro promovido pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gesel/UFRJ), intitulado Seminário Cinco Anos do Novo Modelo: Realidade e Perspectivas para o Setor de Energia Elétrica. Além de um sucesso, refletido na participação das principais lideranças do setor elétrico e pelos relevantes temas tratados, o evento representou uma ótima oportunidade para uma reflexão sobre o passado bastante recente do setor a partir do racionamento de 2001/2002.

Quando falamos do novo modelo do setor elétrico, ou preferencialmente do modelo vigente, temos que nos reportar ao divisor de águas que foi o último racionamento ocorrido no País, a partir do qual, na Câmara de Gestão da Crise, foram iniciadas as discussões sobre as alterações necessárias no modelo. Mais precisamente, teríamos que retroagir um pouco, à época do Projeto RE-SEB, iniciado em agosto/96 e concluído em agosto/98, que teve na Lei 9.648, de maio de 1998, seu marco inicial.

Independentemente de onde queremos iniciar a reflexão, fica evidente que o acontecimento que se consagrou o maior pesadelo do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, o racionamento de energia elétrica, paradoxalmente passou a ser um grande trunfo para o governo Lula. A redução do consumo ocasionou, na época, significativo excedente de energia — o qual recentemente se mostrou de menos monta após a “descoberta” da não-existência de gás suficiente para as termelétricas oriundas do Programa Prioritário de Térmicas - PPT: na sua origem

abrangia um total de 53 usinas térmicas, totalizando 19.290,3 MW, oriundos de diversas fontes termelétricas, mas que perdeu fôlego ao longo do caminho, ficando sua implantação bastante aquém da expectativa inicial — proporcionando para a ministra Dilma e sua equipe tempo necessário para estudar e discutir com as instituições representativas do setor elétrico as alterações então necessárias no modelo.

Com isso, em dezembro/03 foi publicada a MP 144, que estabeleceu as bases do atual modelo setorial. As 766 emendas apresentadas revelou o interesse da sociedade em se ter um modelo estável, equilibrado, benéfico para o consumidor e atrativo para que os investimentos necessários acontecessem. A MP 144 foi aprovada na Câmara dos Deputados sem muitas novidades em relação à versão original, mas avançou bastante no Senado Federal, especialmente quanto às regras de transição, numa negociação bastante profícua entre os agentes, poder legislativo e governo. Em abril/04 foi publicada a Lei 10.848, marco singular do modelo vigente.

Neste artigo não pretendemos esgotar o assunto, mas apresentar o que entendemos terem sido os avanços do atual modelo (parte 1) e os desafios que ainda terão que ser enfrentados (parte 2). Entendemos como avanços:

(i) as regras de transição - destacamos a viabilização da comercialização de usinas, particularmente as hidrelétricas, concedidas sob o marco regulatório anterior, que se tornaram elegíveis a participar dos leilões como "energia nova", competindo em bases isonômicas mediante compensação do encargo devido pelo Uso do Bem Público (UBP);

(ii) separação entre fio e energia - o desmembramento da tarifa de fornecimento nos componentes fio e energia permite que o consumidor efetivamente saiba o quanto paga pelo produto energia elétrica; caminha-se também para a consolidação da necessidade de separação entre o produto energia elétrica e o serviço de aumento da segurança no suprimento energético;

(iii) retomada do planejamento - veio a partir da criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão de assessoramento do Ministério de Minas e Energia, que recuperou o planejamento não só elétrico, como energético, no País — apesar das críticas muitas vezes formuladas ao Plano Decenal de Energia; na Geração a EPE proporciona o desenvolvimento de estudos de inventário, que em futuro próximo deverão viabilizar o aumento da oferta de novos empreendimentos hidrelétricos aptos a participarem dos leilões de energia nova; na Transmissão, trouxe a coordenação dos estudos de longo prazo e médio prazo, além de possibilitar a eliminação das principais restrições elétricas intra e entre submercados, bem como a gradativa interconexão dos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional (SIN);

(iv) regulação técnica da transmissão - destacou-se a instituição da Parcela Variável, que sinaliza, via regulação por incentivos, a maximização da disponibilidade dos ativos de transmissão;

(v) realinhamento tarifário - proporcionou isonomia tarifária entre as diversas classes de consumo, através da eliminação dos subsídios cruzados; dessa forma, a energia passou a ter o real valor, dentro do conceito "vale quanto pesa";

(vi) leilões do mercado regulado - permitem coordenar 70% da expansão necessária, fazendo com que as distribuidoras passassem a manter uma contratação eficiente; além disso, os produtores independentes de energia acessaram efetivamente o mercado;

(vii) sistema de garantias financeiras da Câmara de Contratação de Energia Elétrica (CCEE) - propiciou o estímulo à contratação futura de energia; e

(viii) instituição do conceito de lastro - a contratação antecipada do lastro físico possibilitou adequação e segurança no suprimento.

Cabe destaque na retrospectiva aos leilões de energia realizados para suprimento do mercado, pois a inexistência de aproveitamentos hidrelétricos disponíveis — motivados pela não-realização de inventários e pela forma com que empreendimentos hidrelétricos são tratados por algumas ONGs, setores do Ministério Público e órgãos licenciadores — fez com que sua participação incremental na matriz energética, nos últimos cinco anos, fosse considerada pífia.

Mas isso é assunto para a continuação do artigo, em que destacaremos os principais aspectos que, em nosso entendimento, merecem mais atenção no natural processo de aperfeiçoamento do modelo vigente.

Luiz Fernando Leone Vianna é Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica

SINDICAL

Greve no Distrito Federal (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Vanessa Galassi, da CUT-DF

Paralisação dos servidores terceirizados vai para dissídio coletivo

Mais uma vez o encontro entre o Sindiserviços, sindicato que representa os servidores terceirizados do Distrito Federal, e o sindicato patronal não teve avanço. As partes participaram na manhã de hoje (6) de audiência de conciliação no Ministério Público do Trabalho, mas, devido a inflexibilidade dos patrões, não houve acordo. O impasse impulsionou a instauração de dissídio coletivo, feito pelo Tribunal Regional do Trabalho. Nesta terça-feira (7), as partes voltam a se encontrar no Tribunal em mais uma audiência de conciliação.

A greve dos servidores terceirizados do Distrito Federal já dura cinco dias. Considerada a greve mais forte da categoria, o movimento conta com a adesão de aproximadamente 10 mil trabalhadores. De acordo com a presidente do Sindiserviços, Maria Isabel, a maior parte dos cerca de 40 mil terceirizados do DF recebem R\$ 456 por mês, menos que um salário mínimo (R\$ 465).

Nesta segunda-feira, às 17 horas, em frente ao Teatro Nacional, a categoria volta a se reunir em assembléia para direcionar os eixos de luta e garantir que os patrões atendam a pauta de reivindicações. "A orientação do Sindicato é que a greve continue", afirmou Maria Isabel.

Os trabalhadores terceirizados pedem reajuste de 12% mais tíquete alimentação de R\$ 10 (hoje cotado em R\$ 6,11). A proposta dos patrões é de 8,32% de reajuste e tíquete alimentação de R\$ 7.

Solidariedade (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por CNM/CUT

Metalúrgicos gaúchos fazem ato de apoio aos companheiros alemães da Thyssen

Ato organizado em Guaíba (RS) pela CNM/CUT, Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e a Rede Nacional de Trabalhadores na ThyssenKrupp protestou contra o pacote de maldades imposto pela empresa na Alemanha, que entre outras ações, já culminou em 5 mil demissões

Divulgação

Na manhã desta segunda-feira (6), mais de 700 metalúrgicos na planta da ThyssenKrupp Elevadores em Guaíba realizaram um ato em solidariedade aos colegas que trabalham nas plantas da Thyssen da Alemanha, que estão sendo punidos e responsabilizados pela crise em decisões arbitrárias da empresa, como demissões e fechamento de fábricas.

O ato foi organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, o Comitê Nacional dos Trabalhadores na ThyssenKrupp e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM/CUT).

Um dos coordenadores da rede de trabalhadores na Thyssen e funcionário na planta de Guaíba, Elisandro Marques, disse que o ato mostrou a solidariedade dos metalúrgicos brasileiros em um momento difícil para os trabalhadores alemães. "Muitos dos problemas aqui na planta de Guaíba foram solucionados com a contribuição dos companheiros do IGMetall que fizeram intervenções junto à empresa na Alemanha. Agora é a nossa vez de ajudá-los."

As decisões na Alemanha foram tomadas de forma unilateral. Mesmo havendo um sistema de cogestão com o sindicato, a empresa tem agido arbitrariamente, jogando o peso da crise nas costas dos metalúrgicos e como consequência, já demitiu cerca de 5 mil trabalhadores terceirizados que trabalhavam em um alto forno no país europeu e outros 30 mil estão trabalhando com uma jornada reduzida de trabalho. Já a produção, caiu apenas 3%.

"Este é um ato internacional, que além do Brasil, foi programado para acontecer em todas as plantas no mundo, por conta do pacote de maldades da empresa, principalmente na Alemanha, já que a única proposta feita no conselho de administração era pela redução da produção, o fechamento de fábricas e a previsão de demitir mais 3 mil trabalhadores. A mobilização de hoje é um alerta para que a empresa sempre abra diálogo com o sindicato antes de tomar decisões. Para que ela reveja as formas de decidir os problemas da crise", afirmou Marques.

Segundo o vice-presidente da CNM/CUT e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, Cladir Nepolo, o plano da empresa é de reduzir em 1 bilhão de euros os custos com produção e funcionários. "Por outro lado, a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) no Rio de Janeiro tinha previsão de gastos de US\$ 1,3 bilhão e agora os valores já chegam a US\$ 4,5 bilhões. E no Alabama (EUA) há outro projeto que não chegaria a US\$ 2 bilhões e já está orçado em US\$ 3,25 bilhões. Enquanto isso, na planta de Campo Limpo (SP) estão com redução de 12% no salário e jornada reduzida por 4 meses, segundo a empresa, para manter a estabilidade. Também há o caso dos 180 companheiros demitidos em Santa Luzia (MG)", criticou.

Outro exemplo é a planta da Thyssen em Taubaté: a fábrica que contava com 83 funcionários, recentemente demitiu 25, sem chamar o Sindicato para negociar. O Sindicato teve que tomar medidas e acionou o Ministério do Trabalho, já que a empresa não quer conversa com a representação dos trabalhadores metalúrgicos da cidade.

A importância da organização no chão de fábrica

Elisandro diz que atualmente a Rede Nacional de Trabalhadores na ThyssenKrupp está trabalhando para que os metalúrgicos ajudem a formar comissões de fábrica para que haja organização e representação dos trabalhadores nas plantas.

Campanha Salarial 2009

No mesmo ato foi debatida com os trabalhadores a plataforma da Campanha Salarial 2009 em Porto Alegre e região, e foi aprovada a formação de um grupo de mobilização para pressionar a troca da data-base para 1º de setembro, manutenção dos direitos e aumento real do salário.

Valter Bittencourt - Imprensa CNM/CUT

Dia Mundial da Saúde (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por SindSaúde Paraná

Atos em Paranaguá, Londrina e Curitiba marcam o sete de abril e apontam graves problemas no Estado do Paraná

Nesta terça-feira, 7 de abril, comemora-se o Dia Nacional de Luta pela Saúde. Na data, o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde Pública do Estado do Paraná - SindSaúde realiza atos em defesa da melhoria da saúde pública. A intenção é dar visibilidade à importância dessa política pública. "A defesa da vida é a tônica de criação do Sistema Único de Saúde e, por isso, seus princípios precisam ser retomados. Ou seja, o SUS tem de ampliar as ações voltadas para a integralidade da atenção a saúde", afirma a coordenadora do sindicato, Elaine Rodella.

Em Curitiba, o ato acontece às 14 horas na Assembleia Legislativa. O SindSaúde vai levar aos deputados estaduais a necessidade de aprovar o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV) próprio da categoria. Esta é uma antiga reivindicação da categoria, que se mobilizou na semana passada para cobrar do governo um plano de carreiras. "É importante lembrar que esse direito está garantido na Lei Federal 8142 de 1990 e no Plano Estadual de Saúde", ressalta Elaine.

O foco em Londrina é a falta de condições dos hospitais Zona Norte e Zona Sul, que estão em reformas há 32 meses. A reforma deveria ter durado apenas um ano, mas a empresa que venceu a licitação para fazer as obras decretou falência. Segundo a coordenadora, "desde então servidores e usuários das unidades hospitalares sofrem com um ambiente repleto de riscos e absolutamente inadequado para tratar da saúde". O ato em Londrina está marcado para as 10 horas, no Terminal Rodoviário Urbano, com continuidade às 14h, em frente ao Hospital Zona Norte.

Outro hospital estadual que enfrenta problemas graves é o HRL - Hospital Regional do Litoral, em Paranaguá. Inaugurado em fevereiro deste ano, o HRL está com enfermarias fechadas, o que só faz as filas aumentarem. Além disso, a contratação de pessoal vem sendo feita de maneira inconstitucional: faltam concursos públicos, que são substituídos por testes seletivos, ou por meio de RPA (Recibo de Pagamento de Autônomo). Em Paranaguá, o ato será realizado às 10 horas, em frente ao Hospital.

"Nós estamos a favor dos hospitais e da saúde pública com qualidade. É por isso que no Dia Nacional de Luta pela Saúde vamos apontar estes problemas, para que a população lembre que o direito à saúde está garantido na Constituição e as soluções para os problemas têm de ser cobradas do poder público. Outro fator que influencia a qualidade no atendimento é o respeito ao servidor. Por isso nossa reivindicação de que o plano de carreira próprio da

saúde seja aprovado e que os concursos sejam realizados para suprir a necessidade de pessoal", conclui a coordenadora do sindicato.

Dia Nacional de Luta pela Saúde

Curitiba:

Local: Assembleia Legislativa do Paraná

Horário: 14h

Londrina:

Local: Terminal Rodoviário Urbano (Rua Benjamin Constant, esquina com Rua Prof. João Cândido)

Horário: 10h

Hospital Zona Norte (Rua Cegonha, 200)

Horário: 14h

Paranaguá:

Local: Hospital Regional do Litoral (Rua dos Expedicionários, 269)

Horário: 10h

MEC promove ato em abril para lançar Conferência Nacional de Educação (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Liderança PT/Câmara

O Ministério da Educação (MEC) realiza no próximo dia 23 de abril um Ato Solene de Lançamento da Conferência Nacional de Educação (Conae). O objetivo é apresentar a proposta de organização e planejamento da Conae, com data de realização prevista para abril de 2010, em Brasília-DF. A Conferência Nacional de Educação será precedida pelas Conferências Municipais e Intermunicipais, previstas para o primeiro semestre de 2009 e de Conferências Estaduais e do Distrito Federal previstas para o segundo semestre do mesmo ano.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS), presidente da Comissão de Educação da Câmara, disse que a Conae será um grande marco para o planejamento da educação no País. "Será a primeira conferência nacional que reúne todas as modalidades de ensino no Brasil. Essa conferência se inscreve entre os principais momentos da educação brasileira e resultará na elaboração do novo Plano Nacional de Educação para o período 2011 - 2021", afirmou. De acordo com a petista, o ato de lançamento da conferência é um momento importante para que se construa uma agenda democrática para tratar do tema.

Como presidente da Comissão de Educação, a petista adiantou que o colegiado acompanhará de perto a elaboração da Conae. "A comissão de Educação estará junto nesta tarefa para construir essa importante conferência. Estamos avançando muito na educação brasileira, seja no aumento da oferta de vagas nas universidades ou na expansão do ensino profissional. O desafio é avançar na universalização do ensino médio e na expansão do ensino infantil", adiantou Rosário.

O lançamento será no Auditório do Edifício Sede do MEC às 9h30. O encontro além de realizar a introdução temática do tema central da CONAE: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, objetiva incentivar a participação da sociedade, mediante uma ampla mobilização da sociedade civil organizada.

Para derrotar e superar o neoliberalismo (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Leonardo Severo

CSA quer fortalecer alianças e ações com movimentos sociais para defender emprego, salário e direitos

Em entrevista para o Portal do Mundo do Trabalho, o venezuelano Ivan González, coordenador Político da Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA), faz uma avaliação do atual momento, dos desafios

colocados para a ação sindical e a importância de ampliar alianças com os movimentos sociais para enfrentar e superar o neoliberalismo, defendendo o emprego, o salário e os direitos.

Os impactos negativos da crise internacional se fazem sentir, em maior ou menor grau, nos diferentes países. Qual tem sido a resposta da CSA?

A primeira iniciativa contra a crise foi coordenada entre o movimento sindical da região e construída durante a Cúpula Social da América Latina e Caribe, em Salvador, onde debatemos a necessidade de cristalizar uma jornada que unificasse nossa ação com a dos movimentos sociais. Foi aprovado inclusive um indicativo para a Jornada, depois confirmado pelos participantes do Fórum Social Mundial, em Belém. Estamos mobilizados.

Na visão da CSA, onde estão as raízes da crise internacional?

A responsabilidade desta crise é da política neoliberal, de desregulamentação dos mercados, de privatização de empresas públicas, de flexibilização de direitos trabalhistas e previdenciários. Ditada pelos países centrais, onde se originou, tal política teve e tem impactos altamente negativos na América Latina, África e Ásia, cujos povos não estão dispostos a pagar por uma fatura que não é sua. A visão unitária nos permite aglutinar diferentes movimentos para esta luta. Esta primeira iniciativa de mobilização realizada no dia 30 de março demonstrou a correção da estratégia. É um processo em que não só apontamos diagnósticos, mas passamos a cobrar um conjunto de medidas para pôr fim à especulação financeira e a economia de cassino.

O documento entregue pelo movimento sindical internacional ao G-20 aponta em que direção?

No documento entregue ao G-20, defendemos que a saída não pode ser seguir injetando centenas de bilhões de dólares nos bancos e empresas que originaram a crise. É preciso ativar a atividade produtiva, garantir um processo de regulação dos mercados financeiros, priorizar a economia do conjunto das nações. Isso implica em abandonar as condicionalidades impostas pelos pacotes de ajuste estrutural ditados pelo FMI, de corte nos gastos sociais e nos salários do funcionalismo. Dentro de uma perspectiva de governança social, acreditamos que não se pode deixar que os organismos financeiros internacionais, como a OMC, ditem pautas para o funcionamento das nossas economias. É preciso abrir espaço de intervenção dos diferentes atores sociais, defendendo uma economia de novo tipo, que deve destinar um papel mais ativo à Organização Internacional do Trabalho (OIT).

E as expectativas em relação à Cúpula das Américas, em Trinidad y Tobago?

Teremos nos próximos dias 15 e 16 de abril a Cúpula das Américas, onde mais uma vez vamos reafirmar a necessidade de que os Estados nacionais recuperem seu papel no controle da economia e das finanças, que os programas de combate à crise se foquem nas áreas prioritárias, ampliando os investimentos públicos em educação, na construção de moradias populares, em infraestrutura, para reverter os efeitos da retração econômica no mercado interno de cada país. Ao contrário da política de demissões em massa, precisamos garantir que as empresas negociem com os sindicatos, que os governos estabeleçam contrapartidas sociais para os empréstimos.

É hora de fazer valer a Plataforma Laboral das Américas...

Propomos o aprofundamento da Plataforma Laboral das Américas com um programa orientado para a promoção e garantia de direitos, para o investimento na proteção social, redistribuição de renda e geração de empregos com ativação dos setores produtivos de cada país. A CSA sempre reivindicou a importância das alianças sociais para enfrentar o neoliberalismo e, hoje, este princípio da unidade ganha ainda maior importância para os trabalhadores das Américas que lutam pela superação do neoliberalismo. O momento é de luta em defesa do emprego, da garantia de direitos, do desenvolvimento sustentável, de uma integração soberana e solidária.

Dia Nacional de Luta em Brasília (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Condsef

Servidores do Dnit apresentam pauta de reivindicações e realizam manifestação em frente ao MP

A semana será agitada para os servidores do Dnit (Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes). A categoria está mobilizada e realiza, na segunda-feira, 6, o Dia Nacional de Luta em defesa da pauta de reivindicações do setor. Em Brasília, os servidores fazem manifestação em frente ao Ministério do Planejamento durante reunião que está agendada com representantes da Secretaria de Recursos Humanos (SRH). Em outros estados, a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) orienta que suas filiadas organizem atividades com carros

de som, manifestações e assembléias para acompanhar o resultado das negociações com o governo. Na terça, dia 7, a Condsef convocou (veja aqui) uma Plenária Nacional Extraordinária dos servidores do Dnit.

Na ocasião, a categoria avalia o cenário e define estratégias de ação para garantir o atendimento da pauta emergencial e cumprimento de acordos feitos pelo próprio governo. O que é certo é que os servidores vão defender a pauta de reivindicações original da categoria, já que o governo não foi capaz de cumprir com a proposta apresentada de bônus trimestral. Os servidores do Dnit não devem abrir mão de negociar a estrutura remuneratória de sua tabela salarial.

Entre os itens da pauta original está ainda a aprovação da minuta de decreto em negociação junto ao Ministério dos Transportes. A regulamentação da progressão funcional das gratificações de que trata a lei 11.171/05 também faz parte da lista de demandas original. A abertura de concursos públicos para atender exigências do TCU é outro item que será cobrado durante as negociações com o governo. A instalação de um grupo de trabalho (GT) garantido em acordo também será cobrada na reunião do dia 6. Os servidores vão insistir na necessidade de estruturar a carreira do Dnit e reabrir as negociações sobre estrutura remuneratória do setor.

Corte de ponto - Entre as pendências está também a negociação do corte de ponto. A Condsef vai cobrar do Planejamento a devolução do que foi descontado nos contracheques de trabalhadores que participaram de greve no ano passado.

A Condsef incentiva os servidores a investir no Dia Nacional de Lutas na segunda. A Plenária Extraordinária dos servidores do Dnit também será fundamental para intensificar o processo de mobilização em torno da pauta de reivindicações do setor. Diante das últimas reuniões adiadas e da falta de avanços no diálogo com o Planejamento, os servidores devem estar preparados a pressionar, pois esse trabalho de mobilização será fundamental para que a categoria conquiste avanços no processo de negociação.

Escola Sul (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Escola Sindical Sul

Seminário "Crise ou crises: qual é o futuro?" acontece dias 16 e 17 de abril , em Foz de Iguaçu

Nos dias 16 e 17 de abril de 2009 a Escola Sindical Sul realizará o Seminário Crise ou crises: qual é o futuro? O evento pretende reunir lideranças sindicais da região sul do país para debater a conjuntura mundial e as conexões e interfaces das diversas crises (financeira, civilizatória, ambiental, energética, alimentar etc.). Confira abaixo mais detalhes da programação e de como fazer para inscrever-se.

O objetivo é refletir e avançar na compreensão delas como partes de uma crise mais ampla, do capitalismo e de seu estilo de vida e debater as possíveis alternativas de enfrentamento para que o movimento sindical construa uma agenda e estratégia para fazer sua parte na construção de um mundo social e ambientalmente equilibrado.

Para aprofundar o debate, o Seminário Crise ou crises: qual é o futuro? vai contar com a contribuição de pessoas de diversas

áreas do campo democrático e popular em dois dias de reflexão e busca de novas possibilidades de ação. O momento é extremamente positivo para que o movimento sindical reflita e potencialize sua ação transformadora.

Público: dirigentes sindicais e assessorias.

Vagas: 150 (50 por estado da região Sul).

Investimento para a inscrição: R\$ 80,00

As reservas de hospedagem e alimentação podem ser feitas junto ao Hotel Canto da Ilha (48) 3261.4000. A ficha de inscrição para o Seminário pode ser solicitada e enviada às Secretarias Estaduais de Formação, c/c para a Escola Sul (formacao@escolasul.org.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email .).

Secretarias de Formação dos Estados:

SEF PR: (41) 3232.4649 - formacao@cutpr.org.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email

SEF RS: (51) 3224.2484 - sefcutrs@terra.com.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email

SEF SC: (48) 3024.2053 - cut-sc@cut-sc.org.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email

Escola Sul: (48) 3266.7272 - formacao@escolasul.org.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email

Proposta de Programação do Seminário

1º dia – 16/4	2º dia – 17/4
<u>Manhã 9h – Mesa de Abertura com presidentes das CUTs Região Sul</u> Boas vindas e apresentação Programa 10h – Debate Crises globais de um sistema em crise • Adhemar Mineiro – Economista, DIEESE/RJ• Daniel José da Silva – Professor UFSC/SC• Euclides Mance – Filósofo e Escritor /PR DEBATE	<u>Manhã 9h Mesa: Estratégia da CUT e do movimento social</u> Mudar os rumos? Perspectivas para o movimento sindical e desafios na aliança do campo popular • Jacy Afonso - CUT Nacional• Representante da CMS DEBATE TRABALHOS EM GRUPO
14h – Debate Estado e Sociedade, Capital e Trabalho: políticas transformadoras rumo ao trabalho decente • Janine Berg – OIT Brasil• Luiz Dulci – Governo Federal• Shakespeare Martins de Jesus – CUT Nacional DEBATE	Encaminhamentos Avaliação
<u>Noite: Atividade Cultural</u>	

Organização: Escola Sul e CUTs Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná

Fundo de Pensão (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Imprensa da FUP

Eleição na Petros começa dia 07. Vote em quem tem compromisso com os trabalhadores

Entre os dias 07 e 29 de abril, os participantes e assistidos da Petros têm um compromisso fundamental com o futuro do segundo maior fundo de pensão do país: eleger seus representantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação.

Estão em disputa uma vaga no Conselho Deliberativo e outra no Conselho Fiscal. Esta eleição é estratégica para consolidarmos os avanços já garantidos pelos trabalhadores do Sistema Petrobrás (principalmente após a repactuação do regulamento do Plano Petros) e implementarmos novas conquistas, inclusive para os participantes dos demais planos que a Petros administra.

Por isso, a FUP e seus Sindicatos convocam todos os participantes e assistidos a votarem nos candidatos da Chapa União em Defesa de Todos os Participantes da Petros.

Para Conselho Deliberativo, vote 12!

Para Conselho Fiscal, vote 33!

Vote em quem tem compromisso com os trabalhadores

Os candidatos apoiados pela FUP, além de qualificados tecnicamente, foram forjados na luta sindical e estão diretamente envolvidos nas campanhas reivindicatórias em defesa dos direitos dos participantes e assistidos da Petros. A FUP e seus Sindicatos têm uma história sólida de lutas e conquistas em relação à Petros, que levou a categoria petroleira a conquistar o maior acordo da história do sistema de previdência complementar do país. Um acordo que viabilizou aportes de mais de R\$ 6 bilhões no Plano Petros, resolvendo uma série de pendências dos participantes e assistidos, inclusive a gestão paritária da Petros, através da eleição direta de duas das quatro diretorias da Fundação.

Por isso, é essencial eleger conselheiros comprometidos com a luta da categoria para que possamos consolidar e ampliar nossas conquistas e, principalmente, avançar em relação às reivindicações históricas que continuam pautando as lutas dos participantes e assistidos da Petros. Para garantir que os trabalhadores participem e intervenham na gestão da Fundação, vote 12 para o Conselho Deliberativo e 33 para o Conselho Fiscal.

Conheça algumas das bandeiras que nortearão o trabalho dos conselheiros apoiados pela FUP:

Extinção total do limite de idade do Plano Petros;
Cobrança das dívidas que a Petrobrás ainda tem com o Plano Petros;
Ingresso dos trabalhadores excluídos do Plano Petros;
Implementação do Plano Petros 2 para todos os trabalhadores da Transpetro;
Melhoria nos demais planos da Petros que atendem os trabalhadores do setor privado e de instituidores (entidades de classe);
Democratizar o Estatuto da Petros, acabando com o voto de minerva no Conselho Deliberativo;
Implementação da eleição direta para duas das quatro vagas na diretoria da Petros.

Democratização (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por CUT/PR

06/04/2009

Curitiba realiza Seminário Estadual Pró-Conferência de Comunicação

Acontece no dia 26 de abril, no Centro de Pesquisa e Apoio ao Trabalhador [Cepat], em Curitiba, o primeiro Seminário Estadual Pró-Conferência de Comunicação. O objetivo é reunir lideranças populares, tanto da capital, quanto do interior, que estão engajadas na campanha pela convocação da Conferência Nacional de Comunicação para organizar atividades e unir forças.

A programação completa ainda não foi divulgada, mas já se sabe que serão duas mesas de debates, com foco no contexto histórico da luta pela democratização da comunicação no país e também nas posições que as entidades da sociedade civil organizada defendem.

Para saber mais, acesse www.proconferenciaparana.com.br

Banner para sites

A Comissão Paranaense Pró-Conferência Nacional de Comunicação lançou na última quarta-feira [01] o banner para páginas na internet e blogs que aderirem à luta pela democratização da comunicação e à construção coletiva da Conferência. Para inseri-lo, entre no site www.proconferenciaparana.com.br e copie a linguagem de programação que está abaixo do banner animado, na parte direita. Depois é só colar onde desejar. Tamanhos de banners maiores ou especiais devem ser solicitados na página da Comissão.

Manifestação por reajuste salarial (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por CUT-DF

Assembléia histórica marca greve dos servidores terceirizados do DF

Cerca de quatro mil servidores terceirizados do Distrito Federal decidiram em assembleia, realizada na última sexta-feira (3), dar continuidade à greve que completa nesta segunda-feira (6) cinco dias. A decisão foi tomada após passeata, que saiu do Tribunal de Justiça do DF e seguiu até o Teatro Nacional, onde foi realizado o encontro. Nem mesmo a chuva forte que caiu durante toda a manifestação impediu que os trabalhadores marchassem por melhores salários.

Até a manhã de hoje, nenhuma nova proposta patronal foi apresentada. Enquanto isso, o lixo se acumula na Rodoviária do Plano Piloto e lugares de lazer para o povo brasileiro, como o Parque Nacional de Brasília (Água Mineral), continuam de portões fechados.

O Sindiserviços, sindicato que representa os servidores terceirizados do DF, e o Sindicato patronal participarão de uma audiência de conciliação no Ministério Público do Trabalho. O objetivo é suspender o movimento grevista sem prejudicar os trabalhadores.

A categoria reivindica reajuste salarial de 12% mais tíquete-alimentação de R\$ 10 (hoje cotado em R\$ 6,11. A proposta dos patrões é de 8,32 % de reajuste e tíquete-alimentação de R\$ 7.

CPERS/Sindicato (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por CPERS/Sindicato

30 anos desde a primeira greve da categoria

Em 2009, além de comemorar 64 anos de luta (21 de abril), o CPERS/Sindicato comemora 30 anos da sua primeira greve. No longínquo 4 de abril de 1979, época em que homens de coturnos nos pés e baionetas nas mãos ditavam as regras no País e Amaral de Souza era o governador do Rio Grande do Sul, ousamos parar 13 dias.

Sem medo, fomos à primeira categoria a se declarar em greve contra o autoritarismo e por reajuste salarial. Conquistamos um aumento de 70% (parcelados) e a nomeação de 20 mil professores. Daquele ano em diante as greves sucederam-se, chegando a 14.

Em 1980, o governador Amaral de Souza descumpre acordo com a categoria. Tal postura mobiliza a categoria. O Gigantinho ficou pequeno quando 24 mil educadores reuniram-se em assembleia geral. Amaral de Souza tenta suspender as atividades do CPERS, mas a categoria vence a queda de braço e a entidade se mantém intacta.

Itaú Unibanco (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Sindicato dos Bancários de SP

Regras de realocação saem na próxima semana

As regras para inscrição no centro de realocação profissional interno do Itaú Unibanco serão divulgadas na próxima semana, durante reunião entre os representantes dos trabalhadores e a direção da instituição financeira. Na rodada desta sexta-feira, 3 de abril, os dirigentes sindicais defenderam que o centro de realocação preveja também qualificação e treinamento para que os trabalhadores possam se adequar às funções das vagas a serem abertas.

A direção do banco comprometeu-se em divulgar e colocar em prática o programa Faça Sua Carreira na Rede, como forma de agilizar a transferência de trabalhadores das áreas administrativas - onde há mais sobreposição de departamentos em casos de fusão - para as agências bancárias.

"O centro de realocação é importante assim como garantir o treinamento de pessoal e agilizar a transferência para as agências, mas o fundamental é assegurar a garantia de emprego por um tempo determinado, pelo menos enquanto durar o processo de fusão. O objetivo é dar tranquilidade aos trabalhadores nessa fase", disse Luiz Cláudio Marcolino, presidente do Sindicato.

Entre as reivindicações dos dirigentes sindicais também foi apresentada a de criação de um programa de incentivo às aposentadorias, com o objetivo de evitar demissões e abrir vagas. Os representantes do banco não descartaram a possibilidade.

Auxílio-educação - Serão abertas a partir da próxima semana as inscrições para a adesão ao auxílio-educação. A direção do banco comprometeu-se a disponibilizar 1.400 bolsas aos bancários do Itaú, com pagamento retroativo ao primeiro trimestre de 2009.

Demissões - A direção do Itaú Unibanco negou que seja uma orientação da instituição demitir funcionários que moveram ações civis ou trabalhistas contra uma das empresas e se comprometeu a realizar um levantamento das demissões ocorridas nos últimos três meses e apurar se há casos de bancários nesta situação.

Várias denúncias estão chegando ao Sindicato informando sobre essa prática. Os relatos também dão conta de que gerentes estariam "aconselhando" seus subordinados a retirar os processos.

Previdência Social (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por CUT/CE

CUT/CE realiza seminário no Dia Mundial da Saúde

Em comemoração ao Dia Mundial da Saúde, 7 de abril, a Central Única dos Trabalhadores (CUT/CE) realizará o Seminário Previdência Social: Configuração da Atualidade e sua Vinculação com o Trabalhador, nesta terça-feira (7), de 9:00 às 12:00 horas

O seminário será realizado no auditório da Central, localizado na Rua Solón Pinheiro, 915, bairro José Bonifácio. De acordo com a direção da CUT essa iniciativa visa estimular os trabalhadores (as) para as mudanças de hábitos e atitudes na busca de um estilo de vida mais saudável. Este evento, contará com a presença da doutora Erivânia Severiano, Assistente Social do INSS.

O Dia Mundial da Saúde foi criado pela OMS - Organização Mundial da Saúde em 7 de abril de 1948, fundamentado no direito à saúde e na obrigação do estado na promoção da saúde.

Serviço:

Seminário Previdência Social: Configuração da Atualidade e sua Vinculação do Trabalhador

Data: 7 / 04 / 2009

Horário: 9:00 às 12:00

Local : Auditório da CUT/CE

Maiores informações pelo o telefone (85) 3464-7377

Minas Gerais (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por CUT Nacional

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião do Paraíso filia-se à CUT

Na última quinta-feira, 2 de abril, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Sebastião do Paraíso - MG - filiou-se à Central Única dos Trabalhadores. A decisão foi aprovada durante assembleia realizada em frente à Prefeitura após manifestação contra a proposta de reajuste de salários da categoria.

"Essa sempre foi a nossa vontade. Para nós, é importante a filiação do Sindicato a uma grande Central como a CUT. A partir de agora, seremos mais fortes com uma linha de enfrentamento coerente e ousada e com o reconhecimento de um sindicato respeitado", ressaltou a presidente do Sempre, Maria Rejane Tenório.

Educação (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Ana Paula Carrion

Greve para fazer valer o piso nos estados e municípios está marcada para o dia 24 de abril

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e os sindicatos afiliados decidiram, na última sexta-feira (3), a data e a duração para a greve nacional dos professores da educação básica da rede pública: no dia 24 de abril, os profissionais cruzam os braços por 24 horas. O objetivo é fazer com que a lei 11.738, que institui o piso salarial

nacional do magistério, seja implementada nos estados e municípios conforme o texto aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Lula, em 2008.

Dia Mundial da Saúde: em defesa de direitos universais e do SUS como patrimônio da humanidade (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Denise Motta Dau é secretária nacional de Organização da CUT e Mestre em Saúde Pública

Em que pese a importância de chamar a atenção sobre temas específicos da saúde como tabagismo, cardiopatias, diabetes e outros normalmente evocados pela mídia no Dia Mundial da Saúde - comemorado no dia 07 de Abril, este ano, queremos fazer desta data um momento de reflexão e de luta em defesa da saúde pública e do direito humano à saúde.

Fruto das decisões do Fórum Social Mundial da Saúde e como parte da mobilização em torno da I Conferência Mundial sobre Sistemas Universais de Proteção Social - prevista para o mês de novembro - a universalização dos direitos e o engajamento da sociedade brasileira, em especial dos trabalhadores e das trabalhadoras, na campanha pelo reconhecimento do SUS como Patrimônio Universal da Humanidade são dois pontos importantes da pauta sindical, especialmente no atual contexto em que a crise tende a acirrar a disputa por investimentos públicos no âmbito do Estado.

Uma das frentes de luta neste momento é a defesa do emprego e do trabalho como elementos estruturantes de condições de sobrevivência que assegurem qualidade de vida, pressuposto básico de proteção e de promoção de saúde. Igualmente importante é o revigoramento dos serviços públicos para promover distribuição de renda, reduzir desigualdades e estimular o desenvolvimento social e econômico.

O fortalecimento do Sistema de Seguridade Social, articulando de forma efetiva as três áreas que o compõe - Saúde, Assistência Social e Previdência Social na perspectiva da consolidação de direitos sociais e do exercício da cidadania têm sua importância ampliada, especialmente neste momento em que o mundo todo se debruça em busca de alternativas à crise do modelo neoliberal, cujas premissas orientaram o desmonte das políticas públicas e dos sistemas de proteção social em vários países nas últimas décadas.

Criado há vinte anos, na contramão do neoliberalismo, o SUS é um sobrevivente. Reconhecido internacionalmente como uma política ousada de inclusão social, referência de universalização de direitos, estamos diante de uma oportunidade ímpar de avançar na superação de "nós críticos" que dificultam o acesso, que diminuem a resolutividade da atenção primária e outros pontos de gargalo que requerem soluções urgentes.

Assegurar o cumprimento da legislação vigente no que tange à implementação dos seus princípios de universalidade, integralidade, equidade, bem como às diretrizes para o seu financiamento, estruturação, gestão e controle social mais que uma prioridade deve ser um compromisso do conjunto dos movimentos sociais em defesa deste que é, sem dúvida, um dos maiores patrimônios da sociedade brasileira e que queremos compartilhar com o mundo, transformando-o em patrimônio imaterial e universal da humanidade.

Comissão do Trabalho aprova regulamentação de couvert artístico (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Agência Câmara

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou na última quarta-feira (1º) o Projeto de Lei 2094/07, do deputado Gilmar Machado (PT-MG), que disciplina o pagamento de couvert artístico e estabelece condições de trabalho para músicos em bares e restaurantes que oferecem música ao vivo.

Pela proposta, a contratação do músico profissional poderá seguir dois modelos:

- contrato de remuneração por turno, no qual o estabelecimento, junto com o músico, fixa o valor da remuneração e o total de horas de trabalho; ou
- contrato de remuneração variável, no qual o músico é remunerado pelo repasse integral dos adicionais cobrados de clientes.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, deputado Eudes Xavier (PT-CE). O substitutivo reúne o conteúdo dos PLs 2094/07 e 3306/08, do deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), que tramita apensado. O texto aprovado torna expresso que os estabelecimentos só poderão cobrar couvert do cliente se oferecerem música ao vivo pelo menos durante parte do período em que ele estiver no local.

A informação sobre a cobrança também deverá constar do cardápio, incluindo o valor cobrado e os dias e horários das apresentações. Como parte da matéria tem implicações trabalhistas, além de normatizar o pagamento e o repasse do couvert artístico, o substitutivo altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Produção industrial avança em nove das 14 regiões pesquisadas pelo IBGE (CUT Nacional) 06/04/09
Escrito por ABr

O desempenho da produção industrial em fevereiro, na comparação com janeiro, avançou em nove das 14 regiões incluídas na Pesquisa Industrial Regional Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados divulgados hoje (6) mostram que o destaque foi a indústria da Bahia, com alta de 13,7%, seguida pelo Espírito Santo, com 8,3%; Minas Gerais e Paraná, com 5,7%; e Região Nordeste com 4,1%. Nesses locais, o crescimento superou a média nacional da produção industrial, que foi de 1,8% na mesma base de comparação, conforme os números divulgados pelo instituto na semana passada.

A pesquisa também aponta recuo na produção industrial, entre janeiro e fevereiro, em cinco regiões. A queda foi mais acentuada em Pernambuco (-5,6%) e Santa Catarina (-4,6%).

Já em relação a fevereiro de 2008, apenas a indústria do Paraná apresentou resultado positivo (1,5%) devido ao desempenho do setor de edição e impressão.

Nos outros 13 locais pesquisados, também na comparação com fevereiro de 2008, as quedas foram tão significativas que atingiram os dois dígitos. O ranking é liderado pelo Espírito Santo (-29,5%), seguido por Minas Gerais (-26%), Amazonas (-20,8%), Rio Grande do Sul (-20,5%), Santa Catarina (-19,8%), Pernambuco (-17,5%) e São Paulo (-17,5%). Ainda com queda na produção, mas com taxa inferior à média nacional (-17%), aparecem Bahia (-10%), Pará (-10,2%), Ceará (-10,5%), Goiás (-11,1%), Região Nordeste (-12,1%) e Rio de Janeiro (-13,2%).

Ainda de acordo com a pesquisa do IBGE, no primeiro bimestre do ano (janeiro e fevereiro) houve recuo na produção das 14 regiões investigadas.

SindBancários/RS organiza Semana pela Segurança de 15 a 19 de junho (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por SindBancários

Motivado pela Campanha da Fraternidade 2009, com o tema Fraternidade e Segurança Pública, sob o slogan A paz é fruto da justiça, o SindBancários está organizando com várias entidades sindicais, estudantis e religiosas uma Semana pela Segurança no período de 15 a 19 de junho. O objetivo é aprofundar o debate acerca da questão da segurança e debater alternativas, na perspectiva da prevenção social do crime e da violência e construção da cultura da paz. Em reunião ocorrida na quinta-feira, 02, na Casa dos Bancários, já foram acertadas algumas atividades, como abertura, seminário, ciclo de cinema e ato público. Também serão definidas propostas para a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, a ser realizada de 28 a 30 de agosto, em Brasília.

Diversas entidades já se integraram na organização do evento, como CUT-RS, Federação dos Bancários do RS, Sintrajufe, Ugeirm, Cpers-Sindicato, Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, DCE-Ufrgs, ONG Guayi e Paróquia da Pompéia.

A intenção é analisar as causas e os efeitos da violência, discutir saídas e trocar experiências de superação da criminalidade e formação de uma cultura que venha promover avanços na segurança, dentro do contexto da cidadania e da paz. A segurança é um dever do Estado, mas também é uma responsabilidade da sociedade.

Nova reunião das entidades será realizada na próxima quinta-feira, dia 9, às 14 horas, na Casa dos Bancário.

Câmara realiza seminário para debater Plano de Defesa Nacional (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Liderança PT/Câmara

A Comissão de Relações Exteriores realiza nesta terça-feira (7) seminário para discutir o Plano de Defesa Nacional, divulgado pelo governo no ano passado. O plano prevê maior concentração de tropas na Amazônia e em áreas de fronteira, aponta projetos prioritários para as três forças e propõe mudanças no regime de compras governamentais para o setor.

Elaborado pelo Ministério da Defesa e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, o plano ainda prevê a criação de um Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, chefiado por um militar e diretamente subordinado ao ministro da Defesa. O conjunto de medidas ainda inclui a criação de um serviço civil obrigatório para os jovens que forem dispensados do serviço militar.

O seminário, que tem o apoio do jornal Valor Econômico e da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, será dividido em cinco painéis e discutirá, entre outros temas, o papel da indústria de defesa no desenvolvimento brasileiro e a integração entre política nacional de defesa e a indústria.

O deputado Carlos Zarattini (PT-SP), integrante da comissão, explicou que a transferência de tecnologia para o Brasil será um dos temas centrais do debate. Ele lembrou que o governo brasileiro vai comprar 1 submarino nuclear, 4 submarinos convencionais, caças FX e 50 helicópteros militares e é preciso que haja transferência das tecnologias desses equipamentos para o Brasil. "Nós sabemos que essa tecnologia pode produzir outros equipamentos, outros produtos, que podem beneficiar a população como um todo."

O corte no orçamento de 2009 não deve atrapalhar o Plano de Defesa Nacional, na opinião do deputado Zarattini, por se tratar de uma perspectiva de médio e longo prazos.

Foram convidados para ao debate o ministro da Defesa, Nelson Jobim e o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira.

Dieese: Valor da cesta básica cai em 15 das 17 capitais pesquisadas (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Informes

O valor da cesta básica caiu, em março, em 15 das 17 capitais incluídas no levantamento mensal realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). De acordo com relatório divulgado hoje (6) pela entidade, em duas capitais a queda da cesta de produtos chegou a superar 7% no mês passado: Curitiba (-7,80%) e Aracaju (-7,18%).

Somente no Rio de Janeiro e em Belém foram registradas altas em março em relação ao mês anterior. Na capital fluminense, a cesta subiu 2,07% e na capital do Pará, 0,70%.

A redução de março segue tendência apontada desde o início do ano nos levantamentos do Dieese. Das 17 capitais pesquisadas, 15 registram baixa acumulada no preço da cesta básica durante os três primeiros meses de 2009.

Em quatro capitais, a queda do preço da cesta já supera os 10% no ano: Aracaju (-13,41%), João Pessoa (-12,88%), Florianópolis (-10,39%) e Belo Horizonte (-10,28%). Somente em Belém (2,00%) e em Salvador (0,18%), há aumentos acumulados em 2009.

Segundo o Dieese, a queda nos preços de março foi causada, principalmente, pelo comportamento de seis produtos: feijão, carne, arroz, óleo de soja, pão e tomate. Só o preço do feijão caiu em todas as capitais pesquisadas. Já a carne caiu em 16 capitais.

Ainda de acordo com o levantamento, Porto Alegre é a capital com a cesta básica mais cara (R\$ 238,73), seguida de Rio de Janeiro (R\$ 228,15) e São Paulo (R\$ 221,90). Aracaju (R\$ 167,37), João Pessoa (R\$ 174,72) e Recife (R\$ 175,48) são as capitais com a cesta mais barata.

Alimentação de Concórdia-SC apresenta Pauta à Sadia com 4% de aumento real (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Sintrial

No último sábado (4), os trabalhadores da Sadia em Concórdia-SC, reunidos em Assembléia aprovaram a pauta que dará início às negociações salariais deste ano com a empresa. Os índices econômicos que serão defendidos pela comissão de negociação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação (SINTRIAL) contemplam 100% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e mais 4% de aumento real.

O piso de contratação previsto na pauta é de R\$ 580,00 até 90 dias de trabalho e depois passa a ser R\$ 620,00. Como forma de complementação salarial está previsto ainda seis kits de produtos e seis vale-compras no valor de R\$ 50,00 cada.

Além das cláusulas econômicas, a pauta de negociação contempla as sociais, que dentre elas está prevista a antecipação da primeira parcela do 13º salário no retorno das férias. No total são 37 cláusulas que serão defendidas pela comissão de negociação do sindicato.

Com a aprovação da pauta o sindicato estará ainda neste mês protocolando junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) o Dissídio Coletivo, instrumento legal este que irá garantir a data-base da categoria para o mês de maio e logo após serão agendado datas para os encontros de negociação com a empresa.

Contatos para entrevista:

Valdir Azeredo e Silva- Presidente do SINTRIAL - 34420544 / 9984-0496

Sindicatos participam de audiências públicas sobre a Geap (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Sindsprev-PE

Na próxima quarta, dia 08, dirigentes do Sindsprev, Sindsep e Sindpd participam de uma audiência na Defensoria Pública entre a Geap e o Sindicato dos Hospitais de Pernambuco.

O encontro visa discutir a suspensão do atendimento aos assistidos da Geap por alguns hospitais que alegam falta de pagamento. A seguradora informou que já pagou a maior parte das dívidas.

O atendimento precário da Geap e o aumento das mensalidades também serão debatidos em audiência pública na Assembléia Legislativa de Pernambuco, solicitada pelo deputado Isaltino Nascimento, a ser realizada no dia 15 de abril, às 9 horas da manhã. Todos os usuários são convidados a participar deste importante evento.

Na reunião realizada na terça passada, 31/03, os três sindicatos avaliaram como positivo o protesto realizado no dia 26/03, em frente à Geap e decidiram pela continuidade das mobilizações conjuntas.

Além das audiências já citadas, outras iniciativas foram definidas: Articular junto às câmaras de vereadores e à Câmara dos Deputados, em Brasília, audiências públicas para tratar do assunto; agendar através das entidades nacionais reunião com a Diretoria Executiva da Geap e exigir do ministro do Planejamento que também se reúna com a seguradora.

Essas ações devem pressionar o Condel - Conselho Deliberativo da Geap a rever o aumento das mensalidades e atender às reivindicações de melhoria do atendimento.

Ação do MPT acusa multinacional Bunge de reter documentos de cortadores de cana (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Repórter Brasil

Ação civil proposta pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), baseada em fiscalizações feitas em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), acusa a multinacional Bunge de reter 50 carteiras profissionais na Agroindustrial Santa Juliana, no sudoeste de Minas Gerais, entre maio e junho do ano passado. Segundo o MPT, a medida tornou os cortadores de cana temporariamente "cativos" da usina em pleno período da safra.

"Há pelo menos um fato tão grave quanto trabalho escravo. Pelo menos uma turma de trabalhadores foi chamada pela Santa Juliana por um "gato". Fizeram construir uma empresa de fachada para aliciar a mão-de-obra, com a promessa de que iriam trabalhar em seguida. Ficaram mais de um mês aguardando. Não permitiram que o pessoal fosse buscar outro emprego na época da colheita. Isso é inatividade forçada", afirma o procurador do Trabalho Rafael de Araújo Gomes, autor da ação. Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o empregador é obrigado a efetuar a devolução da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dentro de um prazo de 48 horas.

A usina, adquirida em setembro de 2007, foi o primeiro grande investimento industrial da Bunge (bastante atuante no segmento de grãos, especialmente na soja) no setor de açúcar e etanol no Brasil. O município de Santa Juliana (MG), com cerca de 10 mil habitantes, fica entre Uberlândia e Araxá, no Triângulo Mineiro, a 453 km de Belo Horizonte.

A localidade é considerada estratégica. Próxima a importantes mercados domésticos, a usina está conectada por ferrovia aos portos de Santos (SP) e Vitória (ES).

Há carência de mão-de-obra na região e a utilização de "gatos" (aliciadores intermediários) é uma prática recorrente. A maioria dos trabalhadores trazidos a Santa Juliana, por exemplo, vieram da Região Nordeste, principalmente dos estados do Maranhão e Bahia.

Na prática, como o grupo de trabalhadores também assumiu dívidas com habitação e alimentação durante o tempo de espera, eles não poderiam ir embora sem quitá-las. "Ela [a Bunge] pode estar interessada em manter um estoque de trabalhadores pertencentes [ao seu quadro de funcionários] em prejuízo dos demais [trabalhadores da região]", observa o procurador Rafael. "Eles não são tratados como escravos, pois não são obrigados a trabalhar. São tratados como insumos da produção".

Após o imbróglio, todos foram contratados - as carteiras foram devolvidas no dia 9 de junho. No entanto, no dia 17 do mesmo mês, esse grupo sofreu um grave acidente num ônibus da Santa Juliana, no qual eram transportadas 42 pessoas. O veículo colidiu com um caminhão, ocasionando lesões em vários empregados. As ferramentas estavam sendo transportadas na área interna do ônibus, que funcionava em condições precárias. Segundo o relatório do MPT, a empresa havia falsificado os contratos de transporte.

Há diversas outras irregularidades identificadas na Santa Juliana. Entre elas, existem casos de jornada excessiva, não-pagamento das horas in itinere (período de percurso de ida e volta das residências para o trabalho), inobservância do descanso semanal e dos intervalos inter e intrajornada, além da celebração abusiva de contratos de experiência.

Liminar

Após verificar a existência das infrações trabalhistas no empreendimento, o MPT ajuizou uma ação civil pública (ACP) em fevereiro de 2009 contra a Bunge Alimentos S/A e a Agroindustrial Santa Juliana S/A. No último dia 11 de março, o juiz do Trabalho Edmar Souza Salgado concedeu liminar favorável à ação. O valor inicial atribuído à causa é de R\$ 10 milhões.

Na liminar, o juiz Edmar Souza Salgado cita o "comportamento recalcitrante e recorrente" da Bunge em relação ao desrespeito às normas trabalhistas. "A presente ação civil pública pede, em essência, a observância daquilo que se encontra expressamente previsto na CLT e normas que regulamentam as relações laborais, coibindo as requeridas de adotar práticas lesivas ao regramento trabalhista", afirma o magistrado.

A ação também cita a "inoperância" da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural (CIPATR) e a inexistência do Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural (SESTR). Já a liminar concedida pelo juiz condena ainda a "generalização despropositada" da comprovação de antecedentes criminais, documento exigido pela empresa. Segundo o magistrado, isso configura discriminação dos empregados.

O procurador Rafael ainda não definiu se irá aceitar um acordo com os advogados da Bunge. "Não estou com nenhuma pressão", afirma. "Se houver acordo, vou exigir os valores considerados e a qualificação dos trabalhadores rurais", afirma o representante do MPT. O juiz concedeu um maior prazo para a defesa preparar a argumentação, transferindo a audiência inicial, que seria inicialmente em março, para o dia 15 de abril.

Greves

A denúncia sobre as condições de trabalho na Santa Juliana veio do Sindicato dos Empregados Rurais (SER) de Araxá (MG). Em dezembro passado, uma greve chegou a reunir 350 pessoas, paralisando as atividades da usina por dois dias. Eles questionavam o cálculo de verbas rescisórias apresentadas pela empresa. Na ocasião, também denunciaram a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e condições inadequadas do alojamento.

Já tinham ocorrido pelo menos outras três greves na usina. Nessa última paralisação, a empresa ameaçou converter a rescisão contratual em dispensa por justa causa. "Os problemas lá são constantes. Quando há greve e paralisação total é porque a situação ficou insustentável", explica Lucelena Braga Felício, presidente do referido sindicato.

Lucelena reconhece que há uma parte dos trabalhadores que não está preparada para atuar no setor sucroalcooleiro. "As usinas caíram de pára-quedas aqui". O sindicato discute a construção de um centro de formação da mão-de-obra rural para qualificar empregados e diminuir a migração.

Player

Criada em 2003, a Agroindustrial Santa Juliana começou a operar em 2006, quando ainda pertencia ao grupo alagoano Olival Tenório. Na época da aquisição, a Bunge chegou a divulgar que o negócio representava um importante passo na estratégia da companhia para se consolidar como um "player global" no setor. A gigante norte-americana, que atua no país desde 1905, é uma das maiores processadoras de grãos do mundo.

Lucelena, presidente do SER de Araxá, afirma que os trabalhadores receberam com surpresa a notícia da aquisição. "Houve uma expectativa por ser uma empresa conceituada. Até ficamos um pouco tranquilos. Mas foi totalmente ao contrário. Ela comprou junto os problemas", diz Lucelena.

A Bunge, de acordo com Rafael Gomes, não realizou as mudanças necessárias para garantir o cumprimento da legislação trabalhista no local. "Nas audiências realizadas comigo, eles falaram que adquiriram há pouco tempo e que os problemas já existiam. Mas todos os problemas continuaram em 2008, como o excesso de jornada, o acidente no transporte e a retenção de CPTS. Não houve mudança significativa nessa troca", critica.

A Bunge Alimentos assinou o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo desde 2006. Criado em 2005, o pacto consiste no compromisso do setor empresarial de restrição de relações comerciais com pessoas físicas e jurídicas relacionadas com casos de trabalho escravo. O 2º Seminário do Pacto Nacional, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) no último dia 18 de março, reuniu signatários e buscou reforçar o envolvimento do empresariado com o combate à escravidão contemporânea.

Mecanização

O relatório do MPT também analisa os possíveis impactos sociais gerados pela mecanização "acelerada e desordenada" da colheita na Agroindustrial Santa Juliana, que pode resultar na eliminação de diversos empregos diretos e indiretos. As mudanças afetariam, sobretudo, os trabalhadores que possuem menor nível de qualificação. De acordo com o depoimento da Bunge ao MPT, a produção na usina já está 60% mecanizada.

Na expectativa de aumentar a produtividade, a Santa Juliana planeja que, até o final de 2010, a sua mão-de-obra estará 85% mecanizada (excluída apenas a área com topografia limitante, ou seja, áreas com declives que dificultam a utilização de maquinário). Com esse planejamento, a usina está se antecipando aos demais concorrentes. O Protocolo de Intenções de Eliminação da Queima da Cana, firmado em 2008 entre o setor e o governo de Minas Gerais, estipula o ano de 2014 como prazo para a mecanização.

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a Santa Juliana reunia, em janeiro de 2008 (fora de safra), 565 trabalhadores. Em julho do mesmo ano (época da safra), o quadro de empregados saltou para 1.477. A empresa estava em dezembro do ano passado com 1.279 trabalhadores.

A Repórter Brasil entrou em contato com a assessoria da Bunge para ouvir a posição da empresa sobre as condições de trabalho na Santa Juliana. As questões foram encaminhadas à empresa no dia 23 de março. No final da tarde de sexta-feira (3), após publicação da matéria*, a assessoria encaminhou uma nota em que afirma que a multinacional "está ciente da existência da Ação Civil Pública e pretende, no decorrer do processo, provar sua versão dos fatos e demonstrar sua inocência".

Ainda segundo a assessoria, a Bunge vem realizando um levantamento de "todas as situações e eventuais pontos sensíveis" e implementando seu "modelo de gestão baseado no cumprimento rigoroso da legislação em vigor" desde setembro de 2007, quando a usina foi comprada pela empresa.

Bancários de Brasília: Real está na mira do Sindicato por impor sobrecarga de trabalho (CUT Nacional) 06/04/09
Escrito por Sindicato dos Bancários de Brasília

Superexploração. Este é o termo certo para definir o que vem ocorrendo no Banco Real. Os funcionários estão submetidos à sobrecarga de trabalho, em condições indignas e sem pagamento das horas extras devidas.

O sufoco é tanto que gerentes estão tendo que cumprir jornada de trabalho de 12h - entram às 8h e só saem às 20h. E muitas vezes nem conseguem tirar horário de almoço.

A abertura de contas universitárias também está levando empregados a trabalharem fora do expediente normal. Inclusive os caixas estão sendo coagidos a percorrerem faculdades para fazer esse tipo de serviço. Quando não vão antes de entrar para a agência, vão depois que saem. Às vezes, fazem os dois turnos no mesmo dia.

"O Sindicato está atento e não vai permitir que os trabalhadores do Real continuem submetidos a tais absurdos", afirmou a diretora do Sindicato e funcionária do Real, Rosane Alaby. Entre em contato com a entidade e denuncie (tel. 3262-9090). É a partir da sua denúncia que o Sindicato tomará as medidas cabíveis.

Projeto busca interação do trabalhador com a cultura e a saúde (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Agência Brasil

Brasília - O Ministério da Cultura lança nesta segunda-feira (6), às 16h, o Projeto Vidas Paralelas, que visa a promover uma interação do trabalhador com a cultura e a saúde e a dar mais visibilidade ao mundo do trabalho, por meio das expressões artísticas e culturais da classe trabalhadora.

Vão ser realizadas apresentações de curtas-metragens, das 16h30 às 17h30 no Auditório Guimarães Rosa, do ministério, com entrada gratuita. Na ocasião, serão exibidos os filmes Trabalhadora Saindo da Fábrica, de José Luiz Torres Leiva (filmado no Chile em 1989); Ilha das Flores, de José Furtado (feito no Brasil em 2005) e Brilho dos meus Olhos, de Alan Ribeiro (também rodado no Brasil em 2006).

O desenvolvimento do Projeto Vidas Paralelas está a cargo da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, em parceria com o Ministério da Saúde, a Rede Escola Continental em Saúde do Trabalhador e a Universidade de Brasília (UnB).

Sindimetal-ES: Metalúrgicos demitidos terão prioridade nas vagas dos projetos de expansão (CUT Nacional) 06/04/09

Escrito por Sindimetal-ES

Em reunião no dia 26/03, o Sindimetal-ES garantiu com o sindicato patronal (Sindifer) que as empresas terceirizadas que forem atuar no cronograma de novos investimentos dos grandes complexos industriais no ES devem aproveitar a mão-de-obra que foi dispensada nos últimos quatro meses.

Recuperar os postos de trabalho e garantir os empregos é o principal objetivo do Sindimetal-ES, nesse momento em que a produção do setores siderúrgico e metal mecânico capixabas teve uma redução, por conta da crise mundial.

Para isso, o presidente do Sindimetal, Roberto Pereira de Souza, tem dialogado com os empresários a fim de que seja dada prioridade aos trabalhadores.

"Precisamos minimizar os impactos causados pela demissão em massa dos metalúrgicos prestadores de serviço para os grandes complexos industriais como Vale, ArcelorMittal, Samarco e Aracruz Celulose", explicou Roberto, que conseguiu o compromisso dos empresários no reaproveitamento dos operários. "Não vamos esperar para quando retomarem a produção".

Segundo Roberto, os investimentos das empresas, como a 8ª Usina de pelotização da Vale, devem ser mantidos para recuperar o crescimento econômico do Estado. "Agora é hora do esforço de todos, não só da classe trabalhadora, mas do Estado, das empresas e da sociedade em defender o emprego e os investimentos", disse.

Prioridade nos outros complexos

O presidente esclarece, ainda, que esse acordo foi fruto das pressões e manifestações contra as demissões feitas pelo Sindimetal nos meses de janeiro e fevereiro, quando aconteceu a maior parte das demissões.

Esse mesmo compromisso, o Sindimetal vai garantir com o Sindifer para os complexos da ArcelorMittal (ex-CST e Belgo), Samarco e Aracruz Celulose.

Banco de currículos

No acordo, o Sindimetal-ES será o responsável por encaminhar às empresas, a lista com os currículos dos trabalhadores terceirizados e que deverão ser recontratados. Para isso, criou um banco de currículos. O trabalhador deve enviar o currículo por e-mail curriculum@sindimetal-es.org.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email ou entregar na sede do Sindicato e nas sub-sedes do interior do Estado em Linhares, Aracruz, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Anchieta. À medida que as empreiteiras forem contratadas, devem requisitar ao Sindimetal-ES a lista de trabalhadores que precisam para as funções a serem ocupadas.

O currículo do metalúrgico deve ter os dados pessoais e dos documentos, endereço, telefone e, principalmente, as três últimas empresas onde trabalhou, informando a função e os setores. Essas informações são importantes para o encaminhamento do nome para a vaga, pois as empresas que pegarem novos contratos vão procurar mão-de-obra no banco de dados do Sindimetal-ES.

Professores ganham abaixo do piso em 80% das cidades (CUT Nacional)

06/04/09

Escrito por Diário do Nordeste

Mais de oito meses depois da aprovação da Lei nº11.738/08, que institui o Piso Salarial Nacional dos Professores, a norma ainda não foi aplicada de forma efetiva na maioria das cidades cearenses. Segundo estimativa do secretário de Finanças do Sindicato dos Professores do Estado do Ceará (Apeoc), Anízio Melo, cerca de 80% dos municípios pagam abaixo de R\$ 950,00 por 40 horas aula semanais para professores com formação de Ensino Médio, valor estabelecido como piso em julho do ano passado.

Esse, aliás, é o primeiro embate entre gestores e professores. Para a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o valor do piso para 2009 é de R\$ 950,00. Os sindicalistas alegam, porém, que sobre esse valor já deve ser aplicado reajuste de 19,2%, totalizando R\$ 1.132,40. O percentual é referente à variação do custo aluno/ano do Fundeb de 2008 para 2009, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC). A lei cita que esse é o índice a ser usado nas correções anuais a partir de 2009, mas, mesmo assim, a dúvida persiste.

De acordo com o presidente da regional Nordeste da Undime, Flávio Araújo Barbosa, que também é secretário de Educação de São Gonçalo do Amarante, a entidade considera o valor de R\$ 950,00 para este ano por entender que o reajuste só deve passar a ser aplicado para a categoria um ano depois da efetivação do piso.

Valor com acréscimo

Para 2009, o texto legal estabelece que os municípios devem pagar, pelo menos, o salário adotado em 2008 acrescido de dois terços da diferença entre o piso estabelecido em lei (R\$ 950,00 ou R\$ 1.132,40) e a remuneração do ano passado. Contudo, tanto a Apeoc quanto a Undime são a favor de que os vencimentos já sejam pagos integralmente este ano, quando a conta pode incluir também gratificações salariais.

Em 2010, porém, as dificuldades poderão ser maiores para Estado e municípios. Isso porque o valor do piso terá de ser pago de forma integral e, obrigatoriamente, com algum reajuste incluso. Além disso, até lá, o Supremo Tribunal Federal (STF) já deverá ter julgado a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 4.167, movida por seis governadores de Estados - entre eles, Cid Gomes, do Ceará.

Na ocasião, será decidida a legalidade de dois pontos da Lei do Piso, atualmente sub-júdice. O primeiro é o estabelecimento de um terço da carga horária dos professores para atividades extraclasse, como planejamento de aula e aprimoramento profissional.

O outro é a determinação de que, a partir de 2010, o valor do piso deverá corresponder à remuneração básica, sem incluir as gratificações.

Saber ao certo quantos e quais municípios se adequaram à Lei do Piso é difícil. Undime, Apeoc e Assembléia Legislativa do Estado do Ceará não têm a informação precisa. Em consulta feita pela Undime às secretarias municipais de educação, a pedido da reportagem do Diário do Nordeste, apenas cinco gestores declaram ter se adequado ao piso nacional. Juntando com informações colhidas com a Undime, a Apeoc e as sucursais do jornal no Interior, é possível concluir que outras 11 cidades também já se adaptaram - na maioria dos casos, considerando os R\$ 950,00.

Segundo Anízio Melo, a média salarial paga hoje em muitos municípios cearenses é de um salário mínimo, excluindo gratificações. "Professores que têm jornada de 20 horas chegam a receber menos de um salário mínimo", denuncia. O representante da Apeoc lembrou que os professores estão mobilizados para cobrar a aprovação da lei original do piso pelo STF, incluindo a incorporação das gratificações e a carga horária extraclasse.

Já Flávio Barbosa lembra que a maioria dos municípios já paga valores próximos do piso, considerando o vencimento mais as gratificações, e as câmaras municipais estão aprovando as propostas de reajustes para 2009. O secretário acredita que a partir de 1º de maio - data-base da maioria das cidades - mais de 50% delas terão se adequado à lei federal.

Necessidade de planejamento

Conforme o representante da Undime, as prefeituras deverão aproveitar o tempo anterior à decisão do STF sobre a Adin 4.167 para se planejar para a necessidade de contratar mais professores, caso a reserva de um terço da carga horária para atividades extraclasse passe a valer. "Não podemos ficar esperando enquanto o Supremo não julga e sim nos planejarmos. E se a decisão for a favor?", adverte.

Barbosa instrui os municípios que procurem saber se há professores concursados disponíveis para assumir eventuais vagas que precisem ser criadas pelas prefeituras ou se haverá a necessidade de realizar novo concurso. Um exemplo é o município de Limoeiro do Norte, que aprovou piso de R\$ 1.132,00, um terço de atividades extraclasse e contratação de 86 novos docentes.

VALOR

950 reais é o valor do piso nacional dos professores determinado pela Lei 11.738, aprovada em julho do ano passado. Docentes apontam, entretanto, que o valor em 2009 passa a R\$ 1.132,40, considerando o reajuste de 19,29%. O tema gera polêmica junto às prefeituras

Agricultores, pescadores, indígenas e quilombolas terão em julho benefícios da Previdência (CUT Nacional) 06/04/09
Escrito por Agência Brasil

Manaus - A partir de 1º de julho deste ano, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e extrativistas poderão ser incluídos, sem maior burocracia, no sistema de benefícios da Previdência Social. O anúncio foi feito no sábado (4), em Manaus, pelo ministro da Previdência Social, José Pimentel.

Classificados como segurados especiais, eles estão incluídos nas ações previstas no planejamento estratégico do sistema previdenciário brasileiro para o período de 2009 a 2015. A expectativa é ampliar, cada vez mais, o número de recebedores dos benefícios pagos. Os pagamentos de salário-maternidade, por exemplo, devem crescer 20% até 2010.

"Também queremos formalizar os benefícios previdenciários aos mais de 11 milhões de brasileiros que trabalham como borracheiros, manicures, eletricitas e costureiras, entre outros, para que tenham direito à aposentadoria por idade, licença-saúde e salário maternidade", disse o ministro. Para isso, eles terão de contribuir com 11% do salário mínimo (R\$ 51,15) e, assim, ter direito a todos os benefícios.

As medidas fazem parte do Plano de Expansão da Rede de Agências da Previdência Social (APS), que, até 2010, vai garantir a reforma dos postos existentes e a implantação de mais 720 unidades em municípios com mais de 20 mil habitantes que não têm representação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Mais de R\$ 811 milhões estão sendo investidos pelo governo federal para construção de agências, substituição de imóveis alugados, adequação e modernização do patrimônio existente.

Cerca de 31,4 milhões de pessoas deverão ser beneficiadas pelo plano de expansão, que elevará de 1.110 para 1.830 o número de agências do INSS no país. Com a criação das novas unidades, o INSS estará presente em 1.670 cidades do país. Serão 104 novas APS na Região Norte; 339 no Nordeste; 172 no Sudeste; 76 no Sul; e 29 no Centro-Oeste. Na Região Norte, as novas agências devem começar a ser construídas em junho. No Amazonas, a expansão da rede de agências fará o número atual saltar de 17 para 35 unidades.

O ministro informou também que 2.504 servidores da Previdência que estavam cedidos à Receita Federal estão retornando e ajudarão a formar o quadro de funcionários que vão atuar nas novas agências. Ele disse, no entanto, que será necessário contratar médicos peritos. Atualmente, 39 mil pessoas compõem o efetivo de servidores da Previdência.

Segundo Pimentel, o ministério está pedindo autorização do governo federal para contratar 2 mil peritos. "Gostaríamos que fosse realizado concurso público para que, à medida que as agências sejam entregues, os novos servidores possam ser chamados. Quanto aos técnicos previdenciários que atuam nas agências, somente em julho vamos saber qual a real necessidade."

Neste fim de semana, Pimentel participou de uma série de encontros com técnicos e gestores das agências previdenciárias do Norte do país. As reuniões, realizadas em Belém e em Manaus, dão seqüência a uma programação prevista para todos os estados brasileiros, com o objetivo de discutir o planejamento estratégico da Previdência Social de 2009 a 2015. Os debates enfocam principalmente a ampliação da cobertura previdenciária e a melhoria do atendimento.

A secretária executiva da Previdência Social em Macapá, Socorro Costa, disse que espera contribuir com a proposta do ministério, mas ressalta que a efetividade das ações vai depender do compromisso de todos os envolvidos. O Amapá tem atualmente quatro agências fixas e uma móvel. Mais duas unidades serão inauguradas este ano no estado e deve ser concluída a reforma de todas as já existentes.

"A Previdência Social hoje está passando por um momento muito bom, porque tem recebido apoio direto do governo, com vistas à melhoria do atendimento", afirmou Socorro. Para ela, a proposta de ampliação da rede é "maravilhosa", mas necessita de um trabalho conjunto para ser implementada.

"Precisamos do comprometimento de todos os gestores e servidores da Previdência para que isso ocorra com a maior agilidade e para que consigamos garantir qualidade no atendimento e desafogar as agências que ainda estão superlotadas."

Abril, um mês de datas históricas no Jornalismo (CUT SP) 06/04/09

Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo – CUT/SP

Este é um mês marcante para a imprensa. No dia 7 de abril comemora-se o Dia do Jornalista; no dia 15, a fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e, além disso, na mesma data, o Supremo Tribunal Federal (STF) julga a constitucionalidade da Lei de Imprensa. Como se não bastasse, a qualquer momento o mesmo tribunal pode incluir em sua pauta o julgamento sobre a necessidade do diploma para o exercício da profissão de Jornalismo.

Como se vê, uma agenda bastante cheia, principalmente tendo em vista que a eleição para a renovação da diretoria do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo foi realizada no final de março e a nova diretoria começa seus trabalhos agora em abril.

Estas datas estão interligadas e não dizem respeito apenas à categoria dos jornalistas. Na verdade, interessa a toda sociedade.

Comemoramos o Dia do Jornalista porque a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), primeira organização criada para representar a categoria no País, foi fundada em 7 de abril de 1908. Em 1931, a própria entidade oficializou a data, tendo como referência o fato de que em 7 de abril de 1831 se deu a abdicação de D. Pedro I, depois de uma grande crise agravada pelo assassinato do jornalista Líbero Badaró, que combatia o autoritarismo da Corte em seu jornal, o Observador Constitucional, publicado em São Paulo.

Quanto à fundação do Sindicato, em 1937, pode-se considerar como consequência natural do desenvolvimento da profissão. Com a modernização da sociedade brasileira, o jornalismo, lentamente, começa a deixar de ser uma atividade secundária de juristas, políticos, médicos, engenheiros, enfim, de diletantes letrados, e passa a ter um grande

contingente de trabalhadores que vivem exclusivamente do trabalho jornalístico. Criou-se, assim, a verdadeira profissão de jornalista.

Não são apenas curiosidades históricas. Suas consequências ainda estão presentes em nossa sociedade. O Sindicato dos Jornalistas foi criado exatamente para defender esta nova categoria profissional surgida da própria necessidade da população por informação qualificada e confiável. A sociedade urbana moderna precisa, para o lazer e para o trabalho, de notícias em que possa confiar para formar sua opinião e, mesmo, organizar seu dia-a-dia.

Este é o trabalho do jornalista. Uma profissão que exige técnica, estudo, treinamento, mas também, para ser bem exercida, de uma formação ética e cultural que comprometa o profissional com os valores da cidadania e da democracia.

Todo cidadão sabe que a imprensa pode ser uma ótima aliada nas lutas populares e os trabalhadores precisam ter suas reivindicações claramente divulgadas nos jornais. Por outro lado, também está claro para todos o mal que uma informação distorcida pode causar. É neste contexto que a questão da Lei de Imprensa e da necessidade do diploma universitário para o exercício do Jornalismo devem ser analisadas.

Os setores conservadores defendem que não pode existir nenhuma Lei de Imprensa (e por isso entraram com uma ação no STF) baseados em dois pontos de vista:

- 1) de que a Constituição garante a liberdade de imprensa e
- 2) a atual Lei é do tempo da ditadura militar.

Eles se utilizam de duas verdades para tentar distorcer os fatos. A liberdade de imprensa existe, assim como a liberdade religiosa, de expressão, de associação, todos direitos democráticos que convivem entre si de maneira igual e precisam ser harmonizadas por leis complementares.

O segundo ponto é claramente falacioso. Uma lei restritiva deve ser substituída por uma nova, democrática. A questão do diploma é bastante semelhante. São os mesmos argumentos que merecem as mesmas respostas. A solução passa pela criação de regras claras, debatidas com a sociedade e que garanta ao cidadão a defesa de seus direitos (como o direito de resposta imediato quando uma informação for falsa) e propicie meios democráticos de controle e democratização da mídia.

É verdade que o jornalista precisa ser melhor qualificado e o caminho para isso é uma boa formação universitária, que alie técnica com responsabilidade social. Não vamos resolver esse problema acabando com a faculdade, mas melhorando seu nível e investindo mais em educação, nunca agindo ao contrário. Quem ganha com a ausência destas leis é apenas o proprietário dos meios de comunicação, que passa a ter um cheque em branco para exercer o seu negócio ao seu modo, o que sabemos pode não ser o modo democrático. Além do mais, sem a regulamentação profissional por meio do diploma estará na mão do patrão a definição de quem pode ou não exercer o Jornalismo.

O papel do Sindicato dos Jornalistas é dar continuidade a estas lutas e coordenar uma grande frente em defesa da democratização da comunicação, que passa, necessariamente, pela criação de uma nova Lei de Imprensa e pela organização do trabalho jornalístico por meio da regulamentação da profissão.

Este é um passo importante para democratizar a comunicação e colocar a mídia a serviço do povo brasileiro. Mas é claro que o trabalho não se esgota nestas medidas (é bom lembrar que este ano teremos uma Conferência Nacional de Comunicação, espaço ideal para ampliar este debate). A nova diretoria do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo continuará a atuar em favor da dignidade profissional, da qualidade da informação, de melhorias nas condições de trabalho e da democracia. Mas essa tarefa é grande demais para ser feita apenas por uma entidade. É preciso que os demais trabalhadores também se unam a esta luta comum. Para isso precisamos de todo o apoio da CUT e de seus sindicatos.

SITES PESQUISADOS
 www.folha.com.br

GAZETA MERCANTIL

CORREIO POPULAR




O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Marcelo Fiorio - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

